



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA
QUARTA CÂMARA JULGADORA DO CAT

ATA DA 897ª SESSÃO VIRTUAL CAMERAL

ATA DA 897ª SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA CÂMARA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS. Ao primeiro dia do mês Outubro de 2024 (01/10/2024), às oito horas e trinta minutos, por videoconferência, sob a coordenação do Conselheiro Claudio Henrique de Oliveira, reuniram-se seus membros, encontrando-se presentes os Conselheiros Washington Luis Freire de Oliveira, Samuel Albernaz, Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho e Paulo Henrique Caiado Canedo. Convocado o Conselheiro João de Moraes Junior para julgamento de Processo. Presente, também, o Representante Fazendário, Senhor Evandro Luis Pauli. E, ainda, o Representante do Sujeito Passivo: 1) NIOBRAS MINERACAO LTDA, Dra. Roselie Maciel; 2) PETROPOLIS INDUSTRIAL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA, Dr. Thiago Castro. Na forma regimental, o Senhor Coordenador declarou aberta a sessão, com a aprovação da ata da sessão anterior. Obedecendo a presença dos Advogados, foi submetido a julgamento o processo constante da pauta de hoje: Nº 4011902682161, contendo Recurso Voluntário nº 2413/24, em que é Recorrente **NIOBRAS MINERACAO LTDA.** - , sendo Relator o Conselheiro João de Moraes Junior (PHCC). Após falar o Relator, a Advogada, o Representante Fazendário pediu a rejeição da decadência, procedência total do auto, concordou com a adequação da multa e, realizada a conferência dos autos, a Câmara decidiu, por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar de nulidade da decisão singular por cerceamento ao direito de defesa, arguida pela autuada. Participaram do julgamento os Conselheiros João de Moraes Junior, Washington Luis Freire de Oliveira, Samuel Albernaz e Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho. Por maioria de votos, acolher o pedido de decadência parcial, do período de 01/01/2014 a 19/12/2014, formulado pelo sujeito passivo. Quanto ao mérito, também por maioria de votos, conhecer do recurso, dar-lhe parcial provimento para reformar em parte a sentença singular e considerar parcialmente procedente o auto de infração no valor do ICMS de R\$ 52.216,55 (cinquenta e dois mil, duzentos e dezesseis reais e cinquenta e cinco centavos). Foram vencedores os Conselheiros João de Moraes Junior e Samuel Albernaz, com voto de desempate proferido pelo responsável pela coordenação da sessão, Conselheiro Cláudio Henrique de Oliveira, de acordo com o Art. 33, Parágrafo Único do Regimento Interno do CAT, aprovado pelo Decreto n.º 6.930/09. Vencidos os Conselheiros Washington Luis Freire de Oliveira e Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho que votaram pela procedência total do auto de infração. E, por maioria de votos, acolher o pedido de adequação da penalidade para o previsto no art. 71, IV - A. Foram vencedores os Conselheiros João de Moraes Junior, Samuel Albernaz e Washington Luis Freire de Oliveira. Vencido o Conselheiro Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho que votou pela rejeição da adequação da penalidade. Em seguida, foi anunciado o retorno a julgamento, nos termos do DESPACHO Nº 1221 - IV CJUL - Nº 4012000000596, contendo Recurso Voluntário nº 1877/24, em que é Recorrente **PETROPOLIS INDUSTRIAL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - SOLIDÁRIOS: MARIA DOS REIS DE OLIVEIRA REGO, FLAVIO MARCELO DE OLIVEIRA** - , sendo Relator o Conselheiro Antônio de Freitas Filho (SA). Em face da ausência justificada do Relator,

o Senhor Coordenador determinou o adiamento do julgamento do presente processo para o dia **01/11/2024**, nos termos do inciso III do § 2º do art. 22 c/c § 4º do art. 30 do Regimento Interno do CAT, aprovado pelo Decreto nº 6.930/09, nos termos do DESPACHO Nº 1312/2024. Nº 4011800564100, contendo Recurso Ex-Officio e Voluntário nº 2411/24, em que são Recorrentes Fazenda Pública Estadual e **NIOBRAS MINERACAO LTDA. - SOLIDÁRIOS: EDUARDO C. S. LIMA, VICENTE DE P. G. FILHO, ROBERT L. GASKELL, PORANGABA PARTICIPACOES LTDA, RENATO DE S. COSTA, MARCOS A. S. JUNIOR, ERNESTO H. KATSURAYAMA, CLERES M. SAMPAIO, RUBENS M. FERNANDES** - , sendo Relator o Conselheiro Washington Luis Freire de Oliveira. Em face da solicitação do Conselheiro Samuel Albernaz, foi concedida vista ao presente processo, nos termos do Art. 30 do Decreto nº 6.930/09, ficando o retorno a julgamento marcado para o dia **04/11/2024**, conforme DESPACHO Nº 1313/2024 - IV CJUL. Nº 4011901036088, contendo Recurso Ex-Officio nº 2412/24, em que é Recorrida **NIOBRAS MINERACAO LTDA. -** , sendo Relator o Conselheiro João de Moraes Junior (PHCC). Após falar o Relator, o Representante Fazendário pediu a rejeição da decadência e o retorno do auto à primeira instância para que seja apreciada toda a matéria e, realizada a conferência dos autos, a Câmara decidiu, por maioria de votos, conhecer do recurso da Fazenda Pública, negar-lhe provimento para manter a decisão singular que reconheceu a ocorrência da decadência total e declarou extinto o crédito tributário. Foram vencedores os Conselheiros João de Moraes Junior e Samuel Albernaz, com voto de desempate proferido pelo responsável pela coordenação da sessão, Conselheiro Cláudio Henrique de Oliveira, de acordo com o Art. 33, Parágrafo Único do Regimento Interno do CAT, aprovado pelo Decreto nº 6.930/09. Vencidos os Conselheiros Washington Luis Freire de Oliveira e Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho que votaram pelo afastamento da decadência, procedência do lançamento fiscal e retorno dos autos à primeira instância para apreciação de toda a matéria. Nada mais havendo, o Senhor Coordenador encerrou a presente sessão, convocando outra para o dia 02/10/2024, no horário regimental. Eu, Belciane Silva Carvalho, lavrei esta ata, que vai por mim subscrita e, após aprovada, será assinada pelos Conselheiros presentes. Goiânia, ao primeiro dia do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro. A sessão pode ser assistida no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=nqlKsrzpsSM>



Documento assinado eletronicamente por **BELCIANE SILVA CARVALHO, Responsável pelas Informações**, em 02/10/2024, às 16:33, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **SAMUEL ALBERNAZ, Conselheiro (a)**, em 04/10/2024, às 05:09, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **JOAO DE MORAES JUNIOR, Conselheiro (a) Suplente**, em 12/10/2024, às 11:36, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **WASHINGTON LUIS FREIRE DE OLIVEIRA, Conselheiro (a) Titular**, em 16/10/2024, às 08:14, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **FABIO EDUARDO BEZERRA LEMOS E CARVALHO, Auditor (a) Fiscal da Receita Estadual**, em 13/11/2024, às 08:42, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **65645498** e o código CRC **90C0980F**.

QUARTA CÂMARA JULGADORA DO CAT
AVENIDA VEREADOR JOSÉ MONTEIRO Nº2233, BLOCO B, 1º ANDAR - Bairro
SETOR NOVA VILA - GOIANIA - GO - CEP 7465 - (62)3269-2116.



Referência: Processo nº 202400004087931



SEI 65645498



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA
QUARTA CÂMARA JULGADORA DO CAT

ATA DA 898ª SESSÃO VIRTUAL CAMERAL

ATA DA 898ª SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA CÂMARA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS. Aos dois dias do mês Outubro de 2024 (02/10/2024), às oito horas e trinta minutos, por videoconferência, sob a coordenação do Conselheiro Claudio Henrique de Oliveira, reuniram-se seus membros, encontrando-se presentes os Conselheiros Washington Luis Freire de Oliveira, Samuel Albernaz, Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho e Paulo Henrique Caiado Canedo. Convocado o Conselheiro João de Moraes Junior para registro de frequência. Presente, também, o Representante Fazendário, Senhor Ivonaldo Francisco de Oliveira. Na forma regimental, o Senhor Coordenador declarou aberta a sessão, com a aprovação da ata da sessão anterior. Prosseguindo, foram submetidos a julgamento os processos constantes da pauta de hoje: Nº 4012201152857, contendo Recurso Voluntário nº 2414/24, em que é Recorrente **CIFARMA CIENTIFICA FARMACEUTICA LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL** -, sendo Relator o Conselheiro Paulo Henrique Caiado Canedo. Após falar o Relator, o Representante Fazendário pediu a rejeição das preliminares e procedência do lançamento fiscal e, realizada a conferência dos autos, a Câmara decidiu, por unanimidade de votos, rejeitar as preliminares de nulidade da peça básica, arguidas pela autuada, sendo a primeira, por insegurança na determinação da infração e a segunda, por cerceamento do direito de defesa. Quanto ao mérito, também por votação unânime, conhecer do recurso, negar-lhe provimento para confirmar a sentença singular que considerou procedente o auto de infração e aplicou o estabelecido no art. 38, parágrafo único da Lei n 6.830/80 c/c art. 11-A do Decreto n 6.930/09. Participaram do julgamento os Conselheiros Paulo Henrique Caiado Canedo, Washington Luis Freire de Oliveira, Samuel Albernaz e Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho. Nº 4011800789960, contendo Recurso Voluntário nº 2415/24, em que é Recorrente **ELOI JOSE RAGAGNIN - SOLIDÁRIOS: EDGAR VALENTIM RAGAGNIN, UILAS GOMES DA COSTA, W A FIGUEIRA DE JESUS CEREAIS LTDA - ME, WANDERSON AUGUSTO FIGUEIRA DE JESUS, RENATO OLIVEIRA CARVALHO, SORMANY RIBEIRO VALADAO, AGROCEREAIS BARRA LTDA EPP** -, sendo Relator o Conselheiro Samuel Albernaz. Considerando o parcelamento total do crédito tributário relativo ao presente processo, o Senhor Coordenador determinou a retirada de pauta do mesmo, devendo ser encaminhado à Superintendência de Recuperação de Crédito - SRC para aguardar o término do parcelamento, nos termos do artigo 11-C do Regimento Interno do CAT, conforme DESPACHO Nº 1323/2024. Na oportunidade, foram aprovados os Acórdãos nº 1067 a 1076/2024. Nada mais havendo, o Senhor Coordenador encerrou a presente sessão, convocando outra para o dia 04/10/2024, no horário regimental. Eu, Belciane Silva Carvalho, lavrei esta ata, que vai por mim subscrita e, após aprovada, será assinada pelos Conselheiros presentes. Goiânia, aos dois dias do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro. A sessão pode ser assistida no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=SpMle3Pd3T4>



Documento assinado eletronicamente por **BELCIANE SILVA CARVALHO, Responsável pelas Informações**, em 08/10/2024, às 10:14, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **JOAO DE MORAES JUNIOR, Conselheiro (a) Suplente**, em 12/10/2024, às 11:36, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **WASHINGTON LUIS FREIRE DE OLIVEIRA, Conselheiro (a) Titular**, em 16/10/2024, às 08:15, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **FABIO EDUARDO BEZERRA LEMOS E CARVALHO, Auditor (a) Fiscal da Receita Estadual**, em 13/11/2024, às 08:42, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **65840773** e o código CRC **239DC6DE**.

QUARTA CÂMARA JULGADORA DO CAT
AVENIDA VEREADOR JOSÉ MONTEIRO Nº2233, BLOCO B, 1º ANDAR - Bairro
SETOR NOVA VILA - GOIANIA - GO - CEP 7465 - (62)3269-2116.



Referência: Processo nº 202400004087931



SEI 65840773



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA
QUARTA CÂMARA JULGADORA DO CAT

ATA DA 899ª SESSÃO VIRTUAL CAMERAL

ATA DA 899ª SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA CÂMARA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS. Aos quatro dias do mês Outubro de 2024 (04/10/2024), às oito horas e trinta minutos, por videoconferência, sob a coordenação do Conselheiro Claudio Henrique de Oliveira, reuniram-se seus membros, encontrando-se presentes os Conselheiros Washington Luis Freire de Oliveira, Samuel Albernaz, Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho e Paulo Henrique Caiado Canedo. Convocado o Conselheiro João de Moraes Junior para julgamento de processo. Presentes, também, os Representantes Fazendários, Senhores Wilson Pereira da Silva e Renato Moraes Lima. E, ainda, a Representante do Sujeito Passivo: 1) STEMAC SA GRUPOS GERADORES, Dra. Eléia Alvim Barbosa de Souza; 2) CEPALGO EMBALAGENS FLEXIVEIS LTDA, Dr. Paulo Felipe Souza. Na forma regimental, o Senhor Coordenador declarou aberta a sessão, com a aprovação da ata da sessão anterior. Prosseguindo, foram submetidos a julgamento os processos constantes da pauta de hoje: Nº 4012101586740, contendo Impugnação em Segunda Instância nº 2416/24, em que é Impugnante **STEMAC SA GRUPOS GERADORES EM RECUPERACAO JUDICIAL -**, sendo Relator o Conselheiro Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho. Após falar o Relator, que propôs diligência, a Advogada e o Representante Fazendário, Senhor Wilson Pereira da Silva concordaram com os termos da Resolução e, realizada a conferência dos autos, a Câmara acatando proposição do Conselheiro Relator, RESOLVEU, por unanimidade de votos, encaminhar os autos à SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE E AUDITORIA, para que o seu Titular adote as medidas necessárias ao deslinde deste processo de acordo com o processamento do requerimento de convalidação protocolado nos termos da Lei n.º 22.935/2024. Retorne-se os autos para nova apreciação por esta Câmara no caso de crédito remanescente não convalidado. Participaram da decisão os Conselheiros Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho, Paulo Henrique Caiado Canedo, Washington Luis Freire de Oliveira e Samuel Albernaz. Em seguida, foi anunciado o retorno a julgamento, nos termos do DESPACHO Nº 1322/2024 – IV CJUL, processo Nº 4011901085291, contendo Recurso Voluntário nº 1902/24, em que é Recorrente **CEPALGO EMBALAGENS FLEXIVEIS LTDA -**, sendo Relator o Conselheiro João de Moraes Junior. Após falar o Relator, o Advogado, o Representante Fazendário pediu a rejeição da nulidade e a procedência do lançamento fiscal e, realizada a conferência dos autos, a Câmara decidiu, por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar de nulidade da sentença, arguida pela autuada, por cerceamento do direito de defesa. Participaram do julgamento os Conselheiros João de Moraes Junior, Washington Luis Freire de Oliveira, Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho e Samuel Albernaz. Quanto ao mérito, por maioria de votos, conhecer do recurso, dar-lhe parcial provimento para reformar em parte a sentença singular e considerar parcialmente procedente o auto de infração no valor do ICMS de R\$ 160.524,64 (cento e sessenta mil, quinhentos e vinte e quatro reais e sessenta e quatro centavos), considerando o pagamento de fls. 169, para fins de eventual extinção do crédito tributário. Foram vencedores os Conselheiros João de Moraes

Junior e Samuel Albernaz, com voto de desempate proferido pelo responsável pela coordenação da sessão, Conselheiro Cláudio Henrique de Oliveira, de acordo com o Art. 33, Parágrafo Único do Regimento Interno do CAT, aprovado pelo Decreto n.º 6.930/09. Vencidos os Conselheiros Washington Luis Freire de Oliveira e Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho que votaram pela procedência total do auto de infração, no valor de ICMS de R\$ 164.053,40 (cento e sessenta e quatro mil e cinquenta e três reais e quarenta centavos), devendo ser considerado para fins de extinção do crédito tributário o pagamento constante às fls. 169 do auto. Na oportunidade, foi aprovada a Resolução N.º 181 proposta na sessão de hoje e a **Resolução nº 180/2024**, proposta na sessão do dia 24/09/2024, do processo **Nº 4011901952602**, contendo recurso voluntário nº 2181/24, em que é Recorrente **CARAMURU ALIMENTOS S/A**, sendo o proponente, o Conselheiro Fabio Eduardo Lemos e Carvalho, com a seguinte deliberação: "RESOLVE, por unanimidade de votos, encaminhar os autos à GERÊNCIA DE PREPARO PROCESSUAL DA SEGUNDA INSTÂNCIA (GEPRO), para que o seu Titular, por gentileza, adote as medidas necessárias para que seja feita a intimação para que a empresa CARAMURU ALIMENTOS S/A seja intimada para apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, um demonstrativo do cálculo do estorno por ela realizado, envolvendo a totalidade das operações autuadas neste lançamento, que permita a revisão por parte do Fisco e, com isso, a verificação de que o método utilizado pela Recorrente para a realização do estorno do crédito atende, ainda que de modo aproximado, a previsão legal. Ainda, pedimos para que preste quaisquer outros esclarecimentos que entender necessários à melhor solução para o julgamento deste auto de infração. Após, retorne-se os autos para nova apreciação por esta Câmara. Participaram da decisão os Conselheiros Samuel Albernaz, Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho, Paulo Henrique Caiado Canedo e Washington Luis Freire de Oliveira. OBS: A Advogada do Sujeito Passivo e a Representação Fazendária concordaram com a proposta de diligência. A sessão pode ser assistida no seguinte link: https://www.youtube.com/watch?v=3qaRh8_5cQw ". Nada mais havendo, o Senhor Coordenador encerrou a presente sessão, convocando outra para a pauta complementar, hoje às nove horas e trinta minutos. Eu, Belciane Silva Carvalho, lavrei esta ata, que vai por mim subscrita e, após aprovada, será assinada pelos Conselheiros presentes. Goiânia, aos quatro dias do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro. A sessão pode ser assistida no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=f2Uu2-y8Url>



Documento assinado eletronicamente por **BELCIANE SILVA CARVALHO**, **Responsável pelas Informações**, em 11/10/2024, às 09:59, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **JOAO DE MORAES JUNIOR**, **Conselheiro (a) Suplente**, em 12/10/2024, às 11:36, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **WASHINGTON LUIS FREIRE DE OLIVEIRA**, **Conselheiro (a) Titular**, em 16/10/2024, às 08:15, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **FABIO EDUARDO BEZERRA LEMOS E CARVALHO**, **Auditor (a) Fiscal da Receita Estadual**, em 13/11/2024, às 08:42, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1)
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código
verificador **65840920** e o código CRC **07D784DF**.

QUARTA CÂMARA JULGADORA DO CAT
AVENIDA VEREADOR JOSÉ MONTEIRO Nº2233, BLOCO B, 1º ANDAR - Bairro
SETOR NOVA VILA - GOIANIA - GO - CEP 7465 - (62)3269-2116.



Referência: Processo nº 202400004087931



SEI 65840920



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA
QUARTA CÂMARA JULGADORA DO CAT

ATA DA 900ª SESSÃO VIRTUAL CAMERAL

ATA DA 900ª SESSÃO COMPLEMENTAR DA QUARTA CÂMARA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS. Aos quatro dias do mês Outubro de 2024 (04/10/2024), às nove horas e trinta minutos, por videoconferência, sob a coordenação do Conselheiro Claudio Henrique de Oliveira, reuniram-se seus membros, encontrando-se presentes os Conselheiros Washington Luis Freire de Oliveira, Samuel Albernaz, Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho e Paulo Henrique Caiado Canedo. Convocado o Conselheiro João de Moraes Junior para registro de frequência. Presente, também, o Representante Fazendário, Senhor Wilson Pereira da Silva. E, ainda, os Representantes dos Sujeitos Passivos: 1) VITERRA AGRICULTURE BRASIL S/A, Dr. Fouad Rabahi Neto; 2) BRG BRASIL GERADORES LTDA, Dra. Priscila Rosa Vieira Roriz. Na forma regimental, o Senhor Coordenador declarou aberta a sessão, com a aprovação da ata da sessão anterior. Prosseguindo, foram submetidos a julgamento os processos constantes da pauta de hoje: Nº 4012101495949, contendo Recurso Ex-Officio e Voluntário nº 2456/24, em que são Recorrentes Fazenda Pública Estadual e **VITERRA AGRICULTURE BRASIL S.A. -**, sendo Relator o Conselheiro Paulo Henrique Caiado Canedo. Em face da solicitação do Conselheiro Washington Luis Freire de Oliveira, foi concedida vista ao presente processo, nos termos do Art. 30 do Decreto nº 6.930/09, ficando o retorno a julgamento marcado para o dia **21/10/2024**, conforme DESPACHO Nº 1331/2024 - IV CJUL. Nos termos do § 4º, art. 57 da Lei nº. 16.469/09, o Sr. Coordenador transferiu a coordenação dos trabalhos ao Conselheiro Paulo Henrique Caiado Canedo que, dando continuidade, anunciou o Processo Nº 4012100125137, contendo Recurso Voluntário nº 2455/24, em que é Recorrente **BRG BRASIL GERADORES - LTDA - SOLIDÁRIOS: PAULA CRISTINA CRISPIM OLIVEIRA BUENO -**, sendo Relator o Conselheiro Cláudio Henrique de Oliveira. Por questão de ordem, a Advogada representante da parte pediu a palavra para alegar uma falha de intimação e, após o Conselheiro Relator, propôs Resolução, com a anuência da Advogada da parte e também do Representante Fazendário, a Câmara acatando a proposição do Relator, RESOLVEU, por unanimidade de votos, converter o julgamento em diligência, cujos termos serão lidos em sessão posterior. Participaram da decisão os Conselheiros Cláudio Henrique de Oliveira, Washington Luis Freire de Oliveira, Samuel Albernaz e Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho. A seguir, retornou à coordenação dos trabalhos o Conselheiro Claudio Henrique de Oliveira que, nada mais havendo, encerrou a presente sessão, convocando outra para o dia 07/10/2024, no horário regimental. Eu, Belciane Silva Carvalho, lavrei esta ata, que vai por mim subscrita e, após aprovada, será assinada pelos Conselheiros presentes. Goiânia, aos quatro dias do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro. A sessão pode ser assistida no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=8686QtoOCCg>



Documento assinado eletronicamente por **BELCIANE SILVA CARVALHO, Responsável pelas Informações**, em 08/10/2024, às 10:17, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **JOAO DE MORAES JUNIOR, Conselheiro (a) Suplente**, em 12/10/2024, às 11:37, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **WASHINGTON LUIS FREIRE DE OLIVEIRA, Conselheiro (a) Titular**, em 16/10/2024, às 08:15, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **FABIO EDUARDO BEZERRA LEMOS E CARVALHO, Auditor (a) Fiscal da Receita Estadual**, em 13/11/2024, às 08:42, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **65841114** e o código CRC **85A839E6**.

QUARTA CÂMARA JULGADORA DO CAT
AVENIDA VEREADOR JOSÉ MONTEIRO Nº2233, BLOCO B, 1º ANDAR - Bairro
SETOR NOVA VILA - GOIANIA - GO - CEP 7465 - (62)3269-2116.



Referência: Processo nº 202400004087931



SEI 65841114



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA
QUARTA CÂMARA JULGADORA DO CAT

ATA DA 901ª SESSÃO VIRTUAL CAMERAL

ATA DA 901ª SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA CÂMARA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS. Aos sete dias do mês Outubro de 2024 (07/10/2024), às oito horas e trinta minutos, por videoconferência, sob a coordenação do Conselheiro Claudio Henrique de Oliveira, reuniram-se seus membros, encontrando-se presentes os Conselheiros Washington Luis Freire de Oliveira, Samuel Albernaz, Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho e Paulo Henrique Caiado Canedo. Convocado o Conselheiro João de Moraes Junior para julgamento de Processo. Presentes, também, os Representantes Fazendários, Senhores Wilson Pereira da Silva e Ivonaldo Francisco de Oliveira. E, ainda, o Representante do Sujeito Passivo: 1) MARFRIG GLOBAL FOODS S.A, Dra. Cristina Marinho. Na forma regimental, o Senhor Coordenador declarou aberta a sessão, com a aprovação da ata da sessão anterior. Prosseguindo, foram submetidos a julgamento os processos constantes da pauta e tendo a presença de Advogada foi anunciado o processo Nº 4012100701227, contendo Recurso Voluntário nº 2418/24, em que é Recorrente **MARFRIG GLOBAL FOODS S.A. -**, sendo Relator o Conselheiro Samuel Albernaz. Em face da solicitação do Conselheiro Fabio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho, foi concedida vista ao presente processo, nos termos do Art. 30 do Decreto nº 6.930/09, ficando o retorno a julgamento marcado para o dia **05/11/2024**, nos termos do DESPACHO Nº 1336/2024 - IV CJUL. Com a anuência da Advogada e do Representante Fazendário. Nº 4011802541159, contendo Recurso Voluntário nº 2417/24, em que é Recorrente **ARCOS DOURADOS COMERCIO DE ALIMENTOS SA -**, sendo Relator o Conselheiro João de Moraes Junior (PHCC). Após falar o Relator, que passou a palavra para o Representante Fazendário, que em sua fala sugeriu uma diligência para que os termos da Resolução anterior sejam atendidos em sua totalidade e, realizada a conferência dos autos, a Câmara acatando proposição do Conselheiro Relator, RESOLVEU, por unanimidade de votos, converter o julgamento em diligência, cujos termos serão lidos em sessão posterior. Participaram da decisão os Conselheiros João de Moraes Junior, Washington Luis Freire de Oliveira, Samuel Albernaz e Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho. Em seguida, foi anunciado o retorno a julgamento, nos termos do DESPACHO Nº 1263/2024 - IV CJUL, processo Nº 4011901517426, contendo Recurso Voluntário nº 2185/24, em que é Recorrente **OLIVEIRA & SANTOS TRANSPORTE E LOGISTICA LTDA - EPP - SOLIDÁRIOS: DENISE BATISTA DE OLIVEIRA COSTA -**, sendo Relator o Conselheiro Fabio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho. Após falar o Relator, que propôs diligência, o Representante Fazendário, Senhor Ivonaldo Francisco de Oliveira concordou com os termos da Resolução e, realizada a conferência dos autos, a Câmara acatando proposição do Conselheiro Relator, RESOLVEU, por unanimidade de votos, encaminhar os autos à DELEGACIA REGIONAL DE FISCALIZAÇÃO DE ANÁPOLIS, para que o seu Titular, por gentileza, conforme suas possibilidades e conveniência, atribua a um Auditor Fiscal a incumbência do atendimento das seguintes requisições, diante das considerações feitas acima: 1) analise o Termo de Acordo de Regime Especial e eventual ato normativo a fim de verificar se o Sujeito

Passivo tem o direito ao crédito outorgado no percentual de 50% (cinquenta por cento), conforme art. 2º, inciso I, da Lei n.º 14.244/2002, mesmo sem a comprovação do cumprimento da condição de exercer as atividades de transporte integrada às atividades de agenciamento e armazenamento ele teria direito; 2) verifique se houve o cumprimento das condições previstas no art. 10-A na Lei n.º 14.244/2002 e se há algum impedimento para a convalidação dos créditos tributários, constituídos ou não até a data da publicação da lei (20/12/2017); 3) nos termos da resolução da II CJUL, analise a hipótese da preponderância prevista no § 3º do art. 2º do Decreto n.º 5.835/2003, introduzido pelo Decreto n.º 9.370/2018, verifique o cumprimento das condições e analise a possibilidade da aplicação retroativa da norma publicada em 2018; 4) exigir a comprovação do agenciamento e do armazenamento com documentos fiscais, nos termos do art. 9º do Decreto n.º 5.835/2003 e; 5) promova as alterações do lançamento quando houver concordância com os pontos apresentados nos itens anteriores, mas, mesmo quando não houver concordância, fazer o demonstrativo dos valores se houver o cumprimento das condições, para fins de liquidação de voto. Pedimos, ainda, para que preste quaisquer outros esclarecimentos que entender necessários à melhor solução para o julgamento deste auto de infração. Em seguida, para que a GEPRO tome as providências necessárias para intimação dos sujeitos passivos para conhecer do resultado da diligência e, se desejar, apresentar suas contrarrazões no prazo de 30 (trinta) dias. Após, retorne-se os autos para nova apreciação por esta Câmara. Participaram da decisão os Conselheiros Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho, Paulo Henrique Caiado Canedo, Washington Luis Freire de Oliveira e Samuel Albernaz. Na sequência, retornou a julgamento, conforme DESPACHO Nº 1264/2024 - IV CJUL - processo Nº 4011901514168, contendo Recurso Voluntário nº 2186/24, em que é Recorrente **OLIVEIRA & SANTOS TRANSPORTE E LOGISTICA LTDA - EPP - SOLIDÁRIOS: DENISE BATISTA DE OLIVEIRA COSTA -**, sendo Relator o Conselheiro Fabio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho. Após falar o Relator, que propôs diligência, o Representante Fazendário, Senhor Ivonaldo Francisco de Oliveira concordou com os termos da Resolução e, realizada a conferência dos autos, a Câmara acatando proposição do Conselheiro Relator, RESOLVEU, por unanimidade de votos, encaminhar os autos à DELEGACIA REGIONAL DE FISCALIZAÇÃO DE ANÁPOLIS, para que o seu Titular, por gentileza, conforme suas possibilidades e conveniência, atribua a um Auditor Fiscal a incumbência do atendimento das seguintes requisições, diante das considerações feitas acima: 1) analise o Termo de Acordo de Regime Especial e eventual ato normativo a fim de verificar se o Sujeito Passivo tem o direito ao crédito outorgado no percentual de 50% (cinquenta por cento), conforme art. 2º, inciso I, da Lei n.º 14.244/2002, mesmo sem a comprovação do cumprimento da condição de exercer as atividades de transporte integrada às atividades de agenciamento e armazenamento ele teria direito; 2) verifique se houve o cumprimento das condições previstas no art. 10-A na Lei n.º 14.244/2002 e se há algum impedimento para a convalidação dos créditos tributários, constituídos ou não até a data da publicação da lei (20/12/2017); 3) nos termos da resolução da II CJUL, analise a hipótese da preponderância prevista no § 3º do art. 2º do Decreto n.º 5.835/2003, introduzido pelo Decreto n.º 9.370/2018, verifique o cumprimento das condições e analise a possibilidade da aplicação retroativa da norma publicada em 2018; 4) exigir a comprovação do agenciamento e do armazenamento com documentos fiscais, nos termos do art. 9º do Decreto n.º 5.835/2003 e; 5) promova as alterações do lançamento quando houver concordância com os pontos apresentados nos itens anteriores, mas, mesmo quando não houver concordância, fazer o demonstrativo dos valores se houver o cumprimento das condições, para fins de liquidação de voto. Pedimos, ainda, para que preste quaisquer outros esclarecimentos que entender necessários à melhor solução para o julgamento deste auto de infração. Em seguida, para que a GEPRO tome as providências necessárias para intimação dos sujeitos passivos para conhecer do resultado da diligência e, se

desejar, apresentar suas contrarrazões no prazo de 30 (trinta) dias. Após, retorne-se os autos para nova apreciação por esta Câmara. Participaram da decisão os Conselheiros Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho, Paulo Henrique Caiado Canedo, Washington Luis Freire de Oliveira e Samuel Albernaz. Na oportunidade, foram aprovadas as Resoluções nº 182 e 183/2024, propostas na presente sessão. Nada mais havendo, o Senhor Coordenador encerrou a presente sessão, convocando outra para o dia 08/10/2024, no horário regimental. Eu, Belciane Silva Carvalho, lavrei esta ata, que vai por mim subscrita e, após aprovada, será assinada pelos Conselheiros presentes. Goiânia, aos sete dias do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro. A sessão pode ser assistida no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=EQgbL8qD5a4>



Documento assinado eletronicamente por **BELCIANE SILVA CARVALHO, Responsável pelas Informações**, em 08/10/2024, às 10:18, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **JOAO DE MORAES JUNIOR, Conselheiro (a) Suplente**, em 12/10/2024, às 11:37, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **WASHINGTON LUIS FREIRE DE OLIVEIRA, Conselheiro (a) Titular**, em 16/10/2024, às 08:15, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **FABIO EDUARDO BEZERRA LEMOS E CARVALHO, Auditor (a) Fiscal da Receita Estadual**, em 13/11/2024, às 08:42, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **65841240** e o código CRC **7A2BD8BC**.

QUARTA CÂMARA JULGADORA DO CAT
AVENIDA VEREADOR JOSÉ MONTEIRO Nº2233, BLOCO B, 1º ANDAR - Bairro
SETOR NOVA VILA - GOIANIA - GO - CEP 7465 - (62)3269-2116.



Referência: Processo nº 202400004087931



SEI 65841240



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA
QUARTA CÂMARA JULGADORA DO CAT

ATA DA 902ª SESSÃO VIRTUAL CAMERAL

ATA DA 902ª SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA CÂMARA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS. Aos oito dias do mês Outubro de 2024 (08/10/2024), às oito horas e trinta minutos, por videoconferência, sob a coordenação do Conselheiro Claudio Henrique de Oliveira, reuniram-se seus membros, encontrando-se presentes os Conselheiros Washington Luis Freire de Oliveira, Samuel Albernaz, Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho e Paulo Henrique Caiado Canedo. Convocado o Conselheiro João de Moraes Junior para julgamento de Processo. Presentes, também, os Representantes Fazendários, Senhor Renato Moraes Lima e Evandro Luis Pauli. E, ainda, o Representante do Sujeito Passivo: 1) TELEFONICA BRASIL S.A, Dra. Letícia Magalhães; 2) LPL SERVICOS E COMERCIO LTDA ME, Dr. Waldemar Sampaio Oliveira. Na forma regimental, o Senhor Coordenador declarou aberta a sessão, com a aprovação da ata da sessão anterior. Em seguida, foi anunciado o retorno a julgamento, nos termos da RESOLUÇÃO Nº 175/2024 - IV CJUL, processo Nº 4011502257960, contendo Impugnação em Segunda Instância nº 2168/24, em que é Impugnante **TELEFONICA BRASIL S.A.** - , sendo Relator o Conselheiro Paulo Henrique Caiado Canedo. Em face da solicitação do Conselheiro Washington Luis Freire de Oliveira, foi concedida vista ao presente processo, nos termos do Art. 30 do Decreto nº 6.930/09, ficando o retorno a julgamento marcado para o dia **08/11/2024**, conforme DESPACHO Nº 1338/2024 - IV CJUL. Prosseguindo, foram submetidos a julgamento os processos constantes da pauta de hoje: Nº 4011702464381, contendo Recurso Voluntário nº 2419/24, em que é Recorrente **LPL SERVICOS E COMERCIO LTDA ME** - , sendo Relator o Conselheiro João de Moraes Junior (PHCC). Após falar o Relator, que propôs diligência, o Advogado e o Representante Fazendário concordaram com os termos da Resolução e, realizada a conferência dos autos, a Câmara acatando proposição do Conselheiro Relator, RESOLVEU, por unanimidade dos votos, sobrestar o julgamento deste processo, encaminhando-o a Secretaria Geral do CAT (SEGE), a fim de providenciar a reunião dos processos 4.011.702.464.381 e 4.011.702.464.209, para que os dois autos sejam pautados para julgamento em conjunto na mesma sessão na segunda instância devido a conexão e por serem frutos da mesma auditoria. Participaram da decisão os Conselheiros João de Moraes Junior, Washington Luis Freire de Oliveira, Samuel Albernaz e Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho. Nº 4012400253467, contendo Impugnação em Segunda Instância nº 2420/24, em que é Impugnante **OTTO TRANSPORTE E LOGISTICA LTDA - SOLIDÁRIOS: PATRICIA CRISTHINA NASCIMENTO OTTO SILVA** - , sendo Relator o Conselheiro Paulo Henrique Caiado Canedo. Após falar o Relator, que propôs diligência, o Representante Fazendário concordou com os termos da Resolução e, a Câmara acatando proposição do Conselheiro Relator, RESOLVEU, por unanimidade de votos, converter o julgamento em diligência cujos termos serão lidos em sessão posterior. Participaram da decisão os Conselheiros Paulo Henrique Caiado Canedo, Washington Luis Freire de Oliveira, Samuel Albernaz e Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho. Na oportunidade, foram

aprovadas as Resoluções nº 184 e 185/2024, propostas na presente sessão. Nada mais havendo, o Senhor Coordenador encerrou a presente sessão, convocando outra para o dia 09/10/2024, no horário regimental. Eu, Belciane Silva Carvalho, lavrei esta ata, que vai por mim subscrita e, após aprovada, será assinada pelos Conselheiros presentes. Goiânia, aos oito dias do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro. A sessão pode ser assistida no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=dB4IKGfyilc>



Documento assinado eletronicamente por **BELCIANE SILVA CARVALHO, Responsável pelas Informações**, em 11/10/2024, às 09:55, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **JOAO DE MORAES JUNIOR, Conselheiro (a) Suplente**, em 12/10/2024, às 11:38, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **WASHINGTON LUIS FREIRE DE OLIVEIRA, Conselheiro (a) Titular**, em 16/10/2024, às 08:16, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **FABIO EDUARDO BEZERRA LEMOS E CARVALHO, Auditor (a) Fiscal da Receita Estadual**, em 13/11/2024, às 08:42, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **66014521** e o código CRC **202096D9**.

QUARTA CÂMARA JULGADORA DO CAT
AVENIDA VEREADOR JOSÉ MONTEIRO Nº2233, BLOCO B, 1º ANDAR - Bairro
SETOR NOVA VILA - GOIANIA - GO - CEP 7465 - (62)3269-2116.



Referência: Processo nº 202400004087931



SEI 66014521



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA
QUARTA CÂMARA JULGADORA DO CAT

ATA DA 903ª SESSÃO VIRTUAL CAMERAL

ATA DA 903ª SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA CÂMARA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS. Aos onze dias do mês Outubro de 2024 (11/10/2024), às oito horas e trinta minutos, por videoconferência, sob a coordenação do Conselheiro Claudio Henrique de Oliveira, reuniram-se seus membros, encontrando-se presentes os Conselheiros Washington Luis Freire de Oliveira, Samuel Albernaz, Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho e Paulo Henrique Caiado Canedo. Convocado o Conselheiro João de Moraes Junior para julgamento de Processo. Presente, também, o Representante Fazendário, Senhor Ruider Oliveira Santos. Na forma regimental, o Senhor Coordenador declarou aberta a sessão, com a aprovação da ata da sessão anterior. Nos termos do § 4º, art. 57 da Lei nº. 16.469/09, o Sr. Coordenador transferiu a coordenação dos trabalhos ao Conselheiro Paulo Henrique Caiado Canedo que, dando continuidade, anunciou o Processo Nº 4011802566739, contendo Recurso Voluntário nº 2423/24, em que é Recorrente **COPOCENTRO INDUSTRIA DE PLASTICOS LTDA FALIDO - SOLIDÁRIOS: MARIO LUIZ ZENDRON, MARIO FLORIANO ZENDRON -**, sendo Relator o Conselheiro Cláudio Henrique de Oliveira. Em face da solicitação do Conselheiro Washington Luis Freire de Oliveira, concedo-lhe vista do presente processo, nos termos do Art. 30 do Decreto nº 6.930/09, ficando o retorno a julgamento marcado para o dia 18/10/2024, conforme DESPACHO Nº 1346/2024 - IV CJUL. A seguir, retorna à coordenação dos trabalhos o Conselheiro Claudio Henrique de Oliveira que, anunciou: Nº 4011802781206, contendo Recurso Voluntário nº 2424/24, em que é Recorrente **DEXCO S.A -**, sendo Relator o Conselheiro João de Moraes Junior (PHCC). Após falar o Relator, o Representante Fazendário pediu a procedência do lançamento fiscal nos termos da sentença singular e, realizada a conferência dos autos, a Câmara decidiu, quanto ao mérito, por unanimidade de votos, conhecer do recurso, negar-lhe provimento para confirmar a sentença singular que considerou procedente o auto de infração, conforme fls. 919 e 920, deixando de apreciar o pedido de redução da multa aplicada ante seu caráter confiscatório, primeiro por estar de acordo com a Legislação e segundo por haver vedação expressa para apreciação do respectivo quesito. Participaram do julgamento os Conselheiros João de Moraes Junior, Washington Luis Freire de Oliveira, Samuel Albernaz e Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho. Nada mais havendo, o Senhor Coordenador encerrou a presente sessão, convocando outra para o dia 14/10/2024, no horário regimental. Eu, Belciane Silva Carvalho, lavrei esta ata, que vai por mim subscrita e, após aprovada, será assinada pelos Conselheiros presentes. Goiânia, aos onze dias do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro. A sessão pode ser assistida no link: <https://www.youtube.com/watch?v=la--iny6VBk>



Documento assinado eletronicamente por **BELCIANE SILVA CARVALHO, Responsável pelas Informações**, em 11/10/2024, às 09:57, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **JOAO DE MORAES JUNIOR, Conselheiro (a) Suplente**, em 12/10/2024, às 11:38, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **WASHINGTON LUIS FREIRE DE OLIVEIRA, Conselheiro (a) Titular**, em 16/10/2024, às 08:16, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **FABIO EDUARDO BEZERRA LEMOS E CARVALHO, Auditor (a) Fiscal da Receita Estadual**, em 13/11/2024, às 08:42, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **66014644** e o código CRC **AÉFBB1CB**.

QUARTA CÂMARA JULGADORA DO CAT
AVENIDA VEREADOR JOSÉ MONTEIRO Nº2233, BLOCO B, 1º ANDAR - Bairro
SETOR NOVA VILA - GOIANIA - GO - CEP 7465 - (62)3269-2116.



Referência: Processo nº 202400004087931



SEI 66014644



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA
QUARTA CÂMARA JULGADORA DO CAT

ATA DA 904ª SESSÃO VIRTUAL CAMERAL

ATA DA 904ª SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA CÂMARA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS. Aos quatorze dias do mês Outubro de 2024 (14/10/2024), às oito horas e trinta minutos, por videoconferência, sob a coordenação do Conselheiro Claudio Henrique de Oliveira, reuniram-se seus membros, encontrando-se presentes os Conselheiros Washington Luis Freire de Oliveira, Samuel Albernaz, Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho e Paulo Henrique Caiado Canedo. Convocado o Conselheiro João de Moraes Junior para julgamento de Processo. Presentes, também, os Representantes Fazendários, Senhores Carlos Augusto Lins de Barros, Evandro Luis Pauli e Ivonaldo Francisco de Oliveira. E, ainda, o Representante do Sujeito Passivo: 1) MARTINS COMERCIO E SERVICOS DE DISTRIBUICAO S/A, Dr. Paulo Gomes. Na forma regimental, o Senhor Coordenador declarou aberta a sessão, com a aprovação da ata da sessão anterior. Prosseguindo, privilegiando a presença do Advogado, foi submetido a julgamento o processo Nº 4011100387311, contendo Recurso Voluntário nº 2426/24, em que é Recorrente **MARTINS COMERCIO E SERVICOS DE DISTRIBUICAO S/A -**, sendo Relator o Conselheiro Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho. Em face da solicitação do Conselheiro Paulo Henrique Caiado Canedo, foi concedida vista ao presente processo, nos termos do Art. 30 do Decreto nº 6.930/09, ficando o retorno a julgamento marcado para o dia **05/11/2024**, nos termos do DESPACHO Nº 1359/2024 - IV CJUL, com a anuência das partes. Nos termos do § 4º, art. 57 da Lei nº. 16.469/09, o Sr. Coordenador transferiu a coordenação dos trabalhos ao Conselheiro Paulo Henrique Caiado Canedo que, dando continuidade, anuncia o Processo Nº 4011802504466, contendo Recurso Voluntário nº 2425/24, em que é Recorrente **JOSENILDA RIBEIRO DA SILVA - SOLIDÁRIOS: CARLOS ALBERTO CARDOSO MADEIRA -**, sendo Relator o Conselheiro João de Moraes Junior (CHO). Após falar o Relator, o Representante Fazendário pediu a manutenção da sentença singular que foi pela parcial procedência do lançamento fiscal e, realizada a conferência dos autos, a Câmara decidiu, quanto ao mérito, por unanimidade de votos, conhecer do recurso, negar-lhe provimento para manter a sentença singular e considerar parcialmente procedente o auto de infração no valor do ICMS de R\$ 76.573,14 (setenta e seis mil, quinhentos e setenta e três reais e quatorze centavos). Participaram do julgamento os Conselheiros João de Moraes Junior, Washington Luis Freire de Oliveira, Samuel Albernaz e Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho. A seguir, retornou à coordenação dos trabalhos o Conselheiro Claudio Henrique de Oliveira que, em seguida, anunciou o retorno a julgamento, nos termos do DESPACHO Nº 1269/2024 - IV CJUL, processo Nº 4012200507600, contendo Recurso Ex-Officio nº 2248/24, em que é Recorrida **VERDAO COMERCIO DE CEREAIS LTDA - SOLIDÁRIOS: DOUGLAS ALVES BATISTA -**, sendo Relator o Conselheiro Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho. Após falar o Relator, o Representante Fazendário, Senhor Ivonaldo Francisco de Oliveira pediu a reinclusão do Solidário na lide e concordou com a aplicação da Súmula 04 do CAT e, realizada a conferência dos autos, a Câmara decidiu, conhecer

do recurso da Procuradoria Geral do Estado (PGE) e, por unanimidade de votos, negar-lhe provimento, rejeitando o pedido de diligência e não apreciando o pedido relativo ao Tema 1062, pois já foi implementado o cálculo no sistema, conforme Despachos nº 4898/23-Economia e 1435/23-PGE, perdendo, portanto, o objeto. Participaram do julgamento os Conselheiros Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho, Paulo Henrique Caiado Canedo, Washington Luis Freire de Oliveira e Samuel Albernaz. Conhecer do recurso da Fazenda Pública e, também por unanimidade de votos, negar-lhe provimento, mantendo a exclusão do solidário da lide, sendo que os Conselheiros Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho e Washington Luís Freire de Oliveira fundamentaram seus votos na inexistência de dolo na conduta do Administrador arrolado como responsável tributário, enquanto os Conselheiros Paulo Henrique Caiado Canedo e Samuel Albernaz fundamentaram seus votos na inconstitucionalidade do inciso XII do art. 45 do CTE. Por fim, ainda por unanimidade de votos, aplicar a forma privilegiada da penalidade prevista no § 8º do art. 71 da Lei n.º 11.651/91, nos termos da Súmula 04 CAT, arguida de ofício pelo Relator, reduzindo o valor da multa formal para R\$ 4.871.038,60 (quatro milhões, oitocentos e setenta e um mil e trinta e oito reais e sessenta centavos). Participaram do julgamento os Conselheiros Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho, Paulo Henrique Caiado Canedo, Washington Luis Freire de Oliveira e Samuel Albernaz. Nos termos do § 4º, art. 57 da Lei nº. 16.469/09, o Sr. Coordenador transferiu a coordenação dos trabalhos ao Conselheiro Paulo Henrique Caiado Canedo que, dando continuidade, anunciou o Processo Nº 4011603802122, contendo Recurso Voluntário nº 2512/24, em que é Recorrente **DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS MASUT LTDA -**, sendo Relator o Conselheiro Cláudio Henrique de Oliveira. Após falar o Relator, o Representante Fazendário pediu a manutenção da parcial procedência nos termos da revisão fiscal e, realizada a conferência dos autos, a Câmara decidiu, rejeitar a preliminar de nulidade da sentença, arguida pela autuada, por cerceamento do direito de defesa. Quanto ao mérito, também por votação unânime, conhecer do recurso, negar-lhe provimento para reformar em parte a sentença singular e considerar parcialmente procedente o auto de infração, nos termos da última revisão com ICMS devido de R\$ 3.144,07 (três mil, cento e quarenta e quatro reais e sete centavos), considerando, no entanto, o repasse de R\$ 10.873,03 (dez mil, oitocentos e setenta e três reais e três centavos) conforme constam às fls. 170, para fins de extinção do crédito tributário. Participaram do julgamento os Conselheiros Cláudio Henrique de Oliveira, Washington Luis Freire de Oliveira, Samuel Albernaz e Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho. A seguir, retorna à coordenação dos trabalhos o Conselheiro Claudio Henrique de Oliveira que, anunciou: Nº 4011603802475, contendo Recurso Voluntário nº 2513/24, em que é Recorrente **DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS MASUT LTDA -**, sendo Relator o Conselheiro Samuel Albernaz. Após falar o Relator, o Representante Fazendário pediu a manutenção da revisão fiscal pela parcial procedência e, realizada a conferência dos autos, a Câmara decidiu, por unanimidade de votos, conhecer do recurso, dar-lhe provimento para reformar em parte a sentença singular e considerar parcialmente procedente o auto de infração, nos termos da última revisão com ICMS devido no valor de R\$ 3.715,59 (três mil, setecentos e quinze reais e cinquenta e nove centavos), devendo ser considerado, no entanto, o repasse de R\$ 2.882,18 (dois mil, oitocentos e oitenta e dois reais e dezoito centavos) conforme constam às fls. 161, para fins de extinção do crédito tributário. Participaram do julgamento os Conselheiros Samuel Albernaz, Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho, Paulo Henrique Caiado Canedo e Washington Luis Freire de Oliveira. Nada mais havendo, o Senhor Coordenador encerrou a presente sessão, convocando outra para o dia 15/10/2024, no horário regimental. Eu, Belciane Silva Carvalho, lavrei esta ata, que vai por mim subscrita e, após aprovada, será assinada pelos Conselheiros presentes. Goiânia, aos quatorze dias do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro. A sessão pode ser assistida no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=UNxels0MjAQ>



Documento assinado eletronicamente por **BELCIANE SILVA CARVALHO, Responsável pelas Informações**, em 21/10/2024, às 10:34, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **JOAO DE MORAES JUNIOR, Conselheiro (a) Suplente**, em 21/10/2024, às 14:17, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **WASHINGTON LUIS FREIRE DE OLIVEIRA, Conselheiro (a) Titular**, em 06/11/2024, às 08:43, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **FABIO EDUARDO BEZERRA LEMOS E CARVALHO, Auditor (a) Fiscal da Receita Estadual**, em 13/11/2024, às 08:42, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **66136865** e o código CRC **3E826258**.

QUARTA CÂMARA JULGADORA DO CAT
AVENIDA VEREADOR JOSÉ MONTEIRO Nº2233, BLOCO B, 1º ANDAR - Bairro
SETOR NOVA VILA - GOIANIA - GO - CEP 7465 - (62)3269-2116.



Referência: Processo nº 202400004087931



SEI 66136865



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA
QUARTA CÂMARA JULGADORA DO CAT

ATA DA 905ª SESSÃO VIRTUAL CAMERAL

ATA DA 905ª SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA CÂMARA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS. Aos quinze dias do mês Outubro de 2024 (15/10/2024), às oito horas e trinta minutos, por videoconferência, sob a coordenação do Conselheiro Claudio Henrique de Oliveira, reuniram-se seus membros, encontrando-se presentes os Conselheiros Washington Luis Freire de Oliveira, Samuel Albernaz, Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho e Paulo Henrique Caiado Canedo. Convocado o Conselheiro João de Moraes Junior para julgamento de Processo. Presente, também, o Representante Fazendário, Senhor Guilherme Lopes de Moraes. E, ainda, os Representantes dos Sujeitos Passivos: 1) A.S.E. DISTRIBUICAO LTDA, Dra. Mariana Mesquita; 2) ETIVALDO GOMES FILHO, Dr. Marcos Costa. Na forma regimental, o Senhor Coordenador declarou aberta a sessão, com a aprovação da ata da sessão anterior. Em seguida, foi anunciado o retorno a julgamento, nos termos do DESPACHO Nº 1243/2024 – IV CJUL, processo Nº 4012100496542, contendo Recurso Voluntário nº 2171/24, em que é Recorrente **ETIVALDO GOMES FILHO** -, sendo Relator o Conselheiro Washington Luis Freire de Oliveira. O Senhor Coordenador determinou o adiamento do presente julgamento, atendendo solicitação escrita fundamentada do Representante da Fazenda Pública, Senhor Heli José da Silva, nos termos do inciso II do § 2º do art. 22 do Regimento Interno do CAT aprovado pelo Decreto nº 6.930/09, ficando o retorno a julgamento marcado para o dia **13/11/2024**, conforme DESPACHO Nº 1368/2024. Prosseguindo, foram submetidos a julgamento os processos constantes da pauta de hoje: Nº 4011802566143, contendo Recurso Voluntário nº 2427/24, em que é Recorrente **A.S.E. DISTRIBUICAO LTDA - SOLIDÁRIOS: VALDEMAR JORGE NABEN, OSVANDO SILVESTRE DE ALMEIDA** -, sendo Relator o Conselheiro João de Moraes Junior (PHCC). Foi determinado o sobrestamento do presente processo, a fim de que os Conselheiros, Representante Fazendário e Representante da parte tenham acesso aos autos do processo SEI, classificado como sigiloso. Tal medida se justifica, pela necessidade do cumprimento da Resolução Nº 23/2024, pela GEPRO, ficando o retorno a julgamento para o dia 12/11/2024, nos termos do Art 31, I, § 1º do Decreto nº 6.930/09, nos termos do DESPACHO Nº 1369/2024. Nº 4012201247726, contendo Recurso Ex-Officio e Voluntário nº 2428/24, em que são Recorrentes Fazenda Pública Estadual e **MELO TELECOMUNICACOES LTDA - SOLIDÁRIOS: WALTER ALVES DE MELO** -, sendo Relator o Conselheiro Samuel Albernaz. Após falar o Relator, o Representante Fazendário pede a procedência do lançamento fiscal e a alteração da fundamentação legal para manutenção do solidário na lide e, realizada a conferência dos autos, a Câmara decidiu, por unanimidade de votos, conhecer do recurso do sujeito passivo, negar-lhe provimento, para rejeitar o pedido de diligência e deixar de apreciar o pedido de redução da multa aplicada ante seu caráter confiscatório, primeiro por estar de acordo com a Legislação e segundo por haver vedação expressa para apreciação do respectivo quesito. Quanto ao mérito, também por votação unânime, conhece do recurso, nega-lhe provimento para confirmar a sentença singular que considerou procedente o auto de infração. Participaram do julgamento os

Conselheiros Samuel Albernaz, Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho, Paulo Henrique Caiado Canedo e Washington Luis Freire de Oliveira. Por maioria de votos, conhece do recurso da Fazenda Pública e da PGE, nega-lhes provimento, e acolhe o pedido de exclusão do solidário da lide. Foram vencedores os Conselheiros Samuel Albernaz e Paulo Henrique Caiado Canedo, com voto de desempate proferido pelo responsável pela coordenação da sessão, Conselheiro Cláudio Henrique de Oliveira, de acordo com o Art. 33, Parágrafo Único do Regimento Interno do CAT, aprovado pelo Decreto n.º 6.930/09. Vencidos os Conselheiros Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho e Washington Luis Freire de Oliveira, que votaram pela manutenção do solidário, sendo alterada a fundamentação legal da responsabilidade solidária do art. 45, inciso XII do CTE, para o art. 124 c/c o art. 135, inciso III do CTN e caput do art. 45 do CTE. Obs.: Em relação ao recurso da PGE, do tema 1062, já foi implementado o cálculo no sistema, conforme Despachos nº 4898/23-Economia e 1435/23-PGE, sendo reconhecida a perda do objeto, razão pela qual o recurso não foi apreciado. Nada mais havendo, o Senhor Coordenador encerrou a presente sessão, convocando outra para o dia 16/10/2024, no horário regimental. Eu, Belciane Silva Carvalho, lavrei esta ata, que vai por mim subscrita e, após aprovada, será assinada pelos Conselheiros presentes. Goiânia, aos quinze dias do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro. A sessão pode ser assistida no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=8FN3-sfEN4Y>



Documento assinado eletronicamente por **BELCIANE SILVA CARVALHO, Responsável pelas Informações**, em 15/10/2024, às 10:10, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **WASHINGTON LUIS FREIRE DE OLIVEIRA, Conselheiro (a) Titular**, em 16/10/2024, às 08:19, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **JOAO DE MORAES JUNIOR, Conselheiro (a) Suplente**, em 21/10/2024, às 14:17, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **FABIO EDUARDO BEZERRA LEMOS E CARVALHO, Auditor (a) Fiscal da Receita Estadual**, em 13/11/2024, às 08:42, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **66136964** e o código CRC **4F6B30EE**.

QUARTA CÂMARA JULGADORA DO CAT
AVENIDA VEREADOR JOSÉ MONTEIRO Nº2233, BLOCO B, 1º ANDAR - Bairro
SETOR NOVA VILA - GOIANIA - GO - CEP 7465 - (62)3269-2116.



Referência: Processo nº 202400004087931



SEI 66136964



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA
QUARTA CÂMARA JULGADORA DO CAT

ATA DA 906ª SESSÃO VIRTUAL CAMERAL

ATA DA 906ª SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA CÂMARA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS. Aos dezesseis dias do mês Outubro de 2024 (16/10/2024), às oito horas e trinta minutos, por videoconferência, sob a coordenação do Conselheiro Claudio Henrique de Oliveira, reuniram-se seus membros, encontrando-se presentes os Conselheiros Washington Luis Freire de Oliveira, Samuel Albernaz, Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho e Paulo Henrique Caiado Canedo. Convocado o Conselheiro Aldenir Vieira da Silva para julgamento de Processo. Presentes, também, os Representantes Fazendários, Senhores Wilson Pereira da Silva e Evandro Luis Pauli. Na forma regimental, o Senhor Coordenador declarou aberta a sessão, com a aprovação da ata da sessão anterior. Em seguida, foi anunciado o retorno a julgamento, nos termos do DESPACHO Nº 1278/2024 - IV CJUL, processo Nº 4011801557370, contendo Recurso Voluntário nº 2180/24, em que é Recorrente **FRAMCIVALDO DA SILVA MELO -**, sendo Relator o Conselheiro Aldenir Vieira da Silva. Foi determinada a retirada de pauta do processo, em razão do parcelamento total do crédito tributário, que implica confissão irretratável de dívida por parte do sujeito passivo e expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso e desistência em relação aos já interpostos, nos termos do artigo 11-B do Regimento Interno do CAT, encaminhando-o à Superintendência de Recuperação de Crédito - SRC para as medidas necessárias, conforme DESPACHO Nº 1378/2024 - IV CJUL. Havendo a anuência do Representante Fazendário, Senhor Evandro Luis Pauli. Prosseguindo, foram submetidos a julgamento os processos constantes da pauta de hoje: Nº 4012200016380, contendo Recurso Voluntário nº 2429/24, em que é Recorrente **PETROZIL JC DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA -**, sendo Relator o Conselheiro Samuel Albernaz. Após falar o Relator, o Representante Fazendário pediu a rejeição da preliminar de nulidade e a procedência do lançamento fiscal e, realizada a conferência dos autos, a Câmara decidiu, por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar de nulidade da peça básica, arguida pela autuada, por erro na identificação do sujeito passivo. Quanto ao mérito, também por votação unânime, conhecer do recurso, negar-lhe provimento para confirmar a sentença singular que considerou procedente o auto de infração. Participaram do julgamento os Conselheiros Samuel Albernaz, Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho, Paulo Henrique Caiado Canedo e Washington Luis Freire de Oliveira. Nº 4012200925283, contendo Recurso Voluntário nº 2430/24, em que é Recorrente **PETROZIL JC DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA -**, sendo Relator o Conselheiro Paulo Henrique Caiado Canedo. Após falar o Relator, o Representante Fazendário pediu a rejeição da preliminar de cerceamento ao direito de defesa e a procedência do lançamento fiscal e, realizada a conferência dos autos, a Câmara decidiu, por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar de nulidade da peça básica, arguida pela autuada, por cerceamento do direito de defesa. Quanto ao mérito, também por votação unânime, conhecer do recurso, negar-lhe provimento para confirmar a sentença singular que considerou procedente o auto de infração, deixando de apreciar o pedido de redução da multa

aplicada ante seu caráter confiscatório, primeiro por estar de acordo com a Legislação e segundo por haver vedação expressa para apreciação do respectivo quesito. Participaram do julgamento os Conselheiros Paulo Henrique Caiado Canedo, Washington Luis Freire de Oliveira, Samuel Albarnaz e Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho. Nº 4012100624214, contendo Recurso Voluntário nº 2431/24, em que é Recorrente **PETROZIL JC DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA - SOLIDÁRIOS: CIAPETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA -**, sendo Relator o Conselheiro Samuel Albarnaz. Após falar o Relator, o Representante Fazendário pediu a manutenção do solidário na lide e a procedência do auto de infração e, realizada a conferência dos autos, a Câmara decidiu, por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar de exclusão do solidário da lide, arguida por ele mesmo. Quanto ao mérito, também por votação unânime, conhecer do recurso, negar-lhe provimento para confirmar a sentença singular que considerou procedente o auto de infração. Participaram do julgamento os Conselheiros Samuel Albarnaz, Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho, Paulo Henrique Caiado Canedo e Washington Luis Freire de Oliveira. Nada mais havendo, o Senhor Coordenador encerrou a presente sessão, convocando outra para hoje, às 14h30min, nos termos da Resolução 04/2024 que alterou a data de julgamento do dia 09/10/2024. Eu, Belciane Silva Carvalho, lavrei esta ata, que vai por mim subscrita e, após aprovada, será assinada pelos Conselheiros presentes. Goiânia, aos dezesseis dias do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro. A sessão pode ser assistida no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=Q063PQBagyY>



Documento assinado eletronicamente por **BELCIANE SILVA CARVALHO, Responsável pelas Informações**, em 16/10/2024, às 09:44, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **ALDENIR VIEIRA DA SILVA, Conselheiro (a) Suplente**, em 31/10/2024, às 10:19, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **WASHINGTON LUIS FREIRE DE OLIVEIRA, Conselheiro (a) Titular**, em 06/11/2024, às 08:43, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **FABIO EDUARDO BEZERRA LEMOS E CARVALHO, Auditor (a) Fiscal da Receita Estadual**, em 13/11/2024, às 08:42, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **66182614** e o código CRC **ABB0385E**.

QUARTA CÂMARA JULGADORA DO CAT
AVENIDA VEREADOR JOSÉ MONTEIRO Nº2233, BLOCO B, 1º ANDAR - Bairro
SETOR NOVA VILA - GOIANIA - GO - CEP 7465 - (62)3269-2116.



Referência: Processo nº 202400004087931



SEI 66182614



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA
QUARTA CÂMARA JULGADORA DO CAT

ATA DA 907ª SESSÃO VIRTUAL CAMERAL

ATA DA 907ª SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA CÂMARA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS. Aos dezesseis dias do mês Outubro de 2024 (16/10/2024), às quatorze horas e trinta minutos, por videoconferência, nos termos da Resolução Nº 04/2024 e pauta do dia 09/10/2024, sob a coordenação do Conselheiro Claudio Henrique de Oliveira, reuniram-se seus membros, encontrando-se presentes os Conselheiros Washington Luis Freire de Oliveira, Samuel Albernaz, Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho e Paulo Henrique Caiado Canedo. Presente, também, a Representante Fazendária, Senhora Gerluce Castanheira Silva Pádua. Prosseguindo, foram submetidos a julgamento os processos constantes da pauta de hoje: Nº 4011802049599, contendo Recurso Voluntário nº 2421/24, em que é Recorrente **AGM CAETANO LTDA -**, sendo Relator o Conselheiro Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho. Após falar o Relator, o Representante Fazendário pediu a rejeição das preliminares e a parcial procedência no valor da última revisão fiscal e, realizada a conferência dos autos, a Câmara decidiu, por unanimidade de votos, rejeitar as preliminares de nulidade da peça básica, arguidas pela autuada, sendo a primeira, por cerceamento do direito de defesa e, a segunda, por insegurança na determinação da infração. Por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar de nulidade da sentença, arguida pela autuada, por cerceamento do direito de defesa. Quanto ao mérito, também por votação unânime, conhecer do recurso, dar-lhe parcial provimento para reformar em parte a sentença singular e considerar parcialmente procedente o auto de infração no valor do ICMS de R\$ 1.368.344,63 (um milhão, trezentos e sessenta e oito mil, trezentos e quarenta e quatro reais e sessenta e três centavos). Obs.: Em relação ao recurso da PGE, já foi implementado o cálculo do tema 1062 no sistema, conforme Despachos nº 4898/23-Economia e 1435/23-PGE, sendo reconhecida a perda do objeto, razão pela qual o recurso não foi apreciado. Nº 4011701358731, contendo Recurso Voluntário nº 2422/24, em que é Recorrente **F. C. TAMBURY EVENTOS - SOLIDÁRIOS: FABIOLA CECILIO TAMBURY -**, sendo Relator o Conselheiro Washington Luis Freire de Oliveira. Após falar o Relator, que propôs diligência, a Representante Fazendária concordou com a proposta e, realizada a conferência dos autos, a Câmara acatando proposição do Conselheiro Relator, RESOLVEU, por unanimidade de votos, converter o julgamento em diligência e determinar o retorno dos autos ao Setor de Preparo Processual (SEPRO) do CAT, a fim de que o sujeito passivo e o coobrigado sejam intimados, por intermédio de seu advogado constituído, Dr. Joaquim Cândido dos Santos Junior, conforme procurações de fls. 185/186, no endereço: Rua João de Abreu, nº 192, 1º Andar, Sala A-17, Edifício Aton Business, Setor Oeste, Goiânia, GO, CEP 74.120-110, para atender ao disposto na Resolução nº 189/2023, conforme segue: 1 -Informar quais operações da filial foram consideradas no levantamento fiscal, uma vez que o PGDAS menciona o CNPJ da matriz; 2 - Efetuar a separação das operações realizadas pela matriz e pela filial que foram consideradas no levantamento; 3 - Apresentar outras provas que fundamentem suas alegações ou que sejam pertinentes à sua defesa; Adicionalmente, pede-se, se

possível, para que a defesa anexe as memórias fiscais dos Equipamentos Emissores de Cupom Fiscal (ECFs) e os arquivos SINTEGRA referentes ao período autuado. Destaca-se, ainda, a observação feita pela representação fazendária durante a sessão de julgamento, ressaltando que não será suficiente a simples apresentação de uma planilha de faturamento de cartões por filial e matriz; será necessária a entrega dos demonstrativos fornecidos pelas administradoras de cartões de crédito, contendo a devida separação entre os faturamentos da matriz e das filiais. O Setor de Preparo Processual deverá, também, cadastrar o novo advogado no sistema, a fim de constar corretamente na pauta de julgamento publicada no site do CAT, bem como para que o link da sessão de julgamento seja enviado ao e-mail informado às fls. 185 (adv.joaquimcandido@gmail.com). Participaram da decisão os Conselheiros Washington Luis Freire de Oliveira, Samuel Albernaz, Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho e Paulo Henrique Caiado Canedo. Na oportunidade, foi aprovada a Resolução nº 185/2024, proposta na presente sessão. Nada mais havendo, o Senhor Coordenador encerrou a presente sessão, convocando outra para o dia 18/10/2024, no horário regimental. Eu, Belciane Silva Carvalho, lavrei esta ata, que vai por mim subscrita e, após aprovada, será assinada pelos Conselheiros presentes. Goiânia, aos dezesseis dias do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro. A sessão pode ser assistida no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=puAPJY1DrFE>



Documento assinado eletronicamente por **BELCIANE SILVA CARVALHO, Responsável pelas Informações**, em 18/10/2024, às 08:41, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **WASHINGTON LUIS FREIRE DE OLIVEIRA, Conselheiro (a) Titular**, em 06/11/2024, às 08:43, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **FABIO EDUARDO BEZERRA LEMOS E CARVALHO, Auditor (a) Fiscal da Receita Estadual**, em 13/11/2024, às 08:42, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **66291213** e o código CRC **DACA3A26**.

QUARTA CÂMARA JULGADORA DO CAT
AVENIDA VEREADOR JOSÉ MONTEIRO Nº2233, BLOCO B, 1º ANDAR - Bairro
SETOR NOVA VILA - GOIANIA - GO - CEP 7465 - (62)3269-2116.



Referência: Processo nº 202400004087931



SEI 66291213



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA
QUARTA CÂMARA JULGADORA DO CAT

ATA DA 908ª SESSÃO VIRTUAL CAMERAL

ATA DA 908ª SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA CÂMARA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS. Aos dezoito dias do mês Outubro de 2024 (18/10/2024), às oito horas e trinta minutos, por videoconferência, sob a coordenação do Conselheiro Claudio Henrique de Oliveira, reuniram-se seus membros, encontrando-se presentes os Conselheiros Washington Luis Freire de Oliveira, Samuel Albernaz, Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho e Paulo Henrique Caiado Canedo. Convocado o Conselheiro João de Moraes Junior para registro de frequência. Presente, também, o Representante Fazendário, Senhor Ruider Oliveira Santos. Na forma regimental, o Senhor Coordenador declarou aberta a sessão, com a aprovação da ata da sessão anterior. Prosseguindo, foram submetidos a julgamento os processos constantes da pauta de hoje: Nº 4012300302318, contendo Recurso Ex-Officio nº 2432/24, em que é Recorrida **IMPERIO BEBIDAS LTDA - SOLIDÁRIOS: ROGERIO LOPES BARBOSA** -, sendo Relator o Conselheiro Paulo Henrique Caiado Canedo. Após falar o Relator, o Representante Fazendário pediu a reinclusão na lide do solidário, tendo em vista a existência do dolo e, realizada a conferência dos autos, a Câmara decidiu, por maioria de votos, rejeitar a preliminar de reinclusão do solidário, arguida pela Fazenda Pública. Foram vencedores os Conselheiros Paulo Henrique Caiado Canedo e Samuel Albernaz, com voto de desempate proferido pelo responsável pela coordenação da sessão, Conselheiro Cláudio Henrique de Oliveira, de acordo com o Art. 33, Parágrafo Único do Regimento Interno do CAT, aprovado pelo Decreto nº 6.930/09. Vencidos os Conselheiros Washington Luis Freire de Oliveira e Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho que votaram pela existência do dolo, alterando a fundamentação legal para a contida no caput do art. 45 do CTE e nos arts. 124, inciso I, e 135, inciso III, do CTN. Nos termos do § 4º, art. 57 da Lei nº. 16.469/09, o Sr. Coordenador transferiu a coordenação dos trabalhos ao Conselheiro Paulo Henrique Caiado Canedo que, dando continuidade, anunciou o retorno a julgamento, nos termos do DESPACHO Nº 1346/2024 - IV CJUL, processo Nº 4011802566739, contendo Recurso Voluntário nº 2423/24, em que é Recorrente **COPOCENTRO INDUSTRIA DE PLASTICOS LTDA FALIDO - SOLIDÁRIOS: MARIO LUIZ ZENDRON, MARIO FLORIANO ZENDRON** -, sendo Relator o Conselheiro Cláudio Henrique de Oliveira. Após falar o Relator, que após o relatório feito, passou a palavra para o Conselheiro revisor, Fabio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho, que propôs diligência, o Representante Fazendário concordou com a proposta de Resolução e, realizada a conferência dos autos, a Câmara acatando a proposição do Conselheiro Revisor, RESOLVEU, por unanimidade de votos, converter o julgamento em diligência e ENCAMINHAR os autos à GERÊNCIA DE PREPARO PROCESSUAL (GEPRO) para que o seu Titular, por obsequio, tome as providências no sentido de permitir que a Fazenda Pública Estadual e os Conselheiros tenham acesso ao Processo SEI nº 201800004066405 e retorne os autos a esta câmara para julgamento. Participaram da decisão os Conselheiros Cláudio Henrique de Oliveira, Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho, Washington Luis Freire de Oliveira e Samuel Albernaz. A seguir, retornou à

Coordenação o Conselheiro Claudio Henrique de Oliveira que, na oportunidade, aprovou a Resoluções nº 186/2024, proposta na presente sessão. Nada mais havendo, o Senhor Coordenador encerrou a presente sessão, convocando outra para a pauta complementar, hoje às 09h30min. Eu, Belciane Silva Carvalho, lavrei esta ata, que vai por mim subscrita e, após aprovada, será assinada pelos Conselheiros presentes. Goiânia, aos dezoito dias do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro. A sessão pode ser assistida no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=QxQwAipt41A>



Documento assinado eletronicamente por **BELCIANE SILVA CARVALHO, Responsável pelas Informações**, em 18/10/2024, às 10:21, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **JOAO DE MORAES JUNIOR, Conselheiro (a) Suplente**, em 21/10/2024, às 14:19, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **WASHINGTON LUIS FREIRE DE OLIVEIRA, Conselheiro (a) Titular**, em 06/11/2024, às 08:43, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **FABIO EDUARDO BEZERRA LEMOS E CARVALHO, Auditor (a) Fiscal da Receita Estadual**, em 13/11/2024, às 08:42, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **66303373** e o código CRC **4E89E5D6**.

QUARTA CÂMARA JULGADORA DO CAT
AVENIDA VEREADOR JOSÉ MONTEIRO Nº2233, BLOCO B, 1º ANDAR - Bairro
SETOR NOVA VILA - GOIANIA - GO - CEP 7465 - (62)3269-2116.



Referência: Processo nº 202400004087931



SEI 66303373



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA
QUARTA CÂMARA JULGADORA DO CAT

ATA DA 909ª SESSÃO VIRTUAL CAMERAL

ATA DA 909ª SESSÃO COMPLEMENTAR DA QUARTA CÂMARA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS. Aos dezoito dias do mês Outubro de 2024 (18/10/2024), às nove horas e trinta minutos, por videoconferência, sob a coordenação do Conselheiro Claudio Henrique de Oliveira, reuniram-se seus membros, encontrando-se presentes os Conselheiros Washington Luis Freire de Oliveira, Samuel Albernaz, Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho e Paulo Henrique Caiado Canedo. Convocado o Conselheiro João de Moraes Junior para julgamento de Processo. Presente, também, o Representante Fazendário, Senhor Ruider Oliveira Santos. Prosseguindo, foram submetidos a julgamento os processos constantes da pauta de hoje: Nº 4011900640097, contendo Impugnação em Segunda Instância nº 2457/24, em que é Impugnante **GIL PEREIRA FRANCISCO - SOLIDÁRIOS: ISMAR VITOR DIAS, BEATRIZ APARECIDA DE MORAES, WEDER LOPES DE ATAIDES -**, sendo Relator o Conselheiro João de Moraes Junior (PHCC). Após falar o Relator, que propôs diligência, o Representante Fazendário concordou com os termos da Resolução proposta e, realizada a conferência dos autos, a Câmara acatando proposição do Conselheiro Relator, RESOLVEU, por unanimidade dos votos, encaminhar o presente processo a SEGE (Secretaria Geral), para devolver o auto de infração ao julgador/relator prevento Josimar Rodrigues Duarte, para ser pautado em nova sessão de julgamento. Participaram da decisão os Conselheiros João de Moraes Junior, Washington Luis Freire de Oliveira, Samuel Albernaz e Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho. Nº 4012301130561, contendo Recurso Voluntário nº 2458/24, em que é Recorrente **SANTO ANTONIO INDUSTRIA, COMERCIO, LOGISTICA E ARMAZENAGEM D -**, sendo Relator o Conselheiro Samuel Albernaz. Foi determinado o adiamento do presente julgamento, atendendo solicitação escrita fundamentada da parte interessada, nos termos do inciso II do § 2º do art. 22 do Regimento Interno do CAT aprovado pelo Decreto nº 6.930/09, ficando o retorno a julgamento marcado para o dia 11/11/2024, conforme DESPACHO Nº 1403/2024. Na oportunidade, foi aprovada a Resolução nº 187/2024, proposta na presente sessão. Nada mais havendo, o Senhor Coordenador encerrou a presente sessão, convocando outra para o dia 21/10/2024 no horário regimental. Eu, Belciane Silva Carvalho, lavrei esta ata, que vai por mim subscrita e, após aprovada, será assinada pelos Conselheiros presentes. Goiânia, aos dezoito dias do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro. A sessão pode ser assistida no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=euhW4URcMVo>



Documento assinado eletronicamente por **BELCIANE SILVA CARVALHO**, **Responsável pelas Informações**, em 18/10/2024, às 10:22, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **JOAO DE MORAES JUNIOR, Conselheiro (a) Suplente**, em 21/10/2024, às 14:20, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **WASHINGTON LUIS FREIRE DE OLIVEIRA, Conselheiro (a) Titular**, em 06/11/2024, às 08:44, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **FABIO EDUARDO BEZERRA LEMOS E CARVALHO, Auditor (a) Fiscal da Receita Estadual**, em 13/11/2024, às 08:42, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **66303537** e o código CRC **D605DA7E**.

QUARTA CÂMARA JULGADORA DO CAT
AVENIDA VEREADOR JOSÉ MONTEIRO Nº2233, BLOCO B, 1º ANDAR - Bairro
SETOR NOVA VILA - GOIANIA - GO - CEP 7465 - (62)3269-2116.



Referência: Processo nº 202400004087931



SEI 66303537



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA
QUARTA CÂMARA JULGADORA DO CAT

ATA DA 910ª SESSÃO VIRTUAL CAMERAL

ATA DA 910ª SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA CÂMARA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS. Aos vinte e um dias do mês Outubro de 2024 (21/10/2024), às nove horas e trinta minutos, por videoconferência, sob a coordenação do Conselheiro Claudio Henrique de Oliveira, reuniram-se seus membros, encontrando-se presentes os Conselheiros Washington Luis Freire de Oliveira, Samuel Albernaz, Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho e Paulo Henrique Caiado Canedo. Convocado o Conselheiro João de Moraes Junior para julgamento de Processo. Presente, também, o Representante Fazendário, Senhor Wilson Pereira da Silva. E ainda, o Representando do Sujeito Passivo: 1) VITERRA AGRICULTURE BRASIL S.A., Dr. Fouad Z. Rabahi Neto. Na forma regimental, o Senhor Coordenador declarou aberta a sessão, com a aprovação da ata da sessão anterior. Em seguida, foi anunciado o retorno a julgamento, nos termos do DESPACHO Nº 1331/2024 - IV CJUL, processo Nº 4012101495949, contendo Recurso Ex-Officio e Voluntário nº 2456/24, em que são Recorrentes Fazenda Pública Estadual e **VITERRA AGRICULTURE BRASIL S.A.** - , sendo Relator o Conselheiro Paulo Henrique Caiado Canedo. Após falar o Relator, o Advogado, o Representante Fazendário pediu a rejeição das preliminares e a procedência do lançamento fiscal e, realizada a conferência dos autos, a Câmara decidiu, por unanimidade de votos, rejeitar o pedido de diligência formulado pelo sujeito passivo. Por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar de nulidade da sentença, arguida pela autuada, por cerceamento do direito de defesa. Quanto ao mérito, também por votação unânime, conhecer do recurso, negar-lhe provimento para confirmar a sentença singular que considerou procedente o auto de infração. Obs.: Em relação ao recurso da PGE, deve-se constar que já foi implementado o cálculo do tema 1062 no sistema, conforme Despachos nº 4898/23-Economia e 1435/23-PGE, sendo reconhecida a perda do objeto, razão pela qual o recurso não foi apreciado. Participaram do julgamento os Conselheiros Paulo Henrique Caiado Canedo, Washington Luis Freire de Oliveira, Samuel Albernaz e Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho. Prosseguindo, foram submetidos a julgamento os processos constantes da pauta de hoje: Nº 4011601149464, contendo Recurso Voluntário nº 2433/24, em que é Recorrente **ATACADAO S.A. - SOLIDÁRIOS: ANA PAULA ALVES DOS SANTOS, LUIZ ANTONIO FAZZIO, CHRISTOPHE GUILLAUME MARTIN, ARMANDO FIGUEIREDO BEZERRA DE ALMEIDA** - , sendo Relator o Conselheiro Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho. Após falar o Relator, o Representante Fazendário pediu a manutenção da sentença singular que foi pela procedência do lançamento fiscal, a rejeição da diligência e concordou com a exclusão dos solidários da lide e, realizada a conferência dos autos, a Câmara decidiu, por unanimidade de votos, acolher a preliminar de exclusão dos solidários da lide, arguida pelo sujeito passivo. Participaram os Conselheiros Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho e Washington Luis Freire de Oliveira, sob a fundamentação de inexistência

do dolo e os Conselheiros Paulo Henrique Caiado Canedo e Samuel Albernaz que votaram sob o argumento de inconstitucionalidade previsto no art. 45, inciso XII, do CTE. Quanto ao mérito, também por votação unânime, conhecer do recurso, dar-lhe parcial provimento para reformar em parte a sentença singular e considerar parcialmente procedente o auto de infração no valor do ICMS de R\$ 75.355,21 (setenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e vinte e um centavos), devendo ser considerado o pagamento de R\$ 70.426,43 (setenta mil, quatrocentos e vinte e seis reais e quarenta e três centavos) para fins de extinção do crédito tributário. Participaram do julgamento os Conselheiros Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho, Paulo Henrique Caiado Canedo, Washington Luis Freire de Oliveira e Samuel Albernaz. Nº 4011800468900, contendo Recurso Voluntário nº 2434/24, em que é Recorrente **CARRETAS GOIANA LTDA - SOLIDÁRIOS: ODETE GOMES DROGOMIRECKI** - , sendo Relator o Conselheiro João de Moraes Junior (PHCC). Após falar o Relator, o Representante Fazendário pediu a rejeição do pedido de diligência, concordou com a exclusão da solidária da lide e a procedência do lançamento fiscal e, realizada a conferência dos autos, a Câmara decidiu, por unanimidade de votos, rejeitar o pedido de diligência formulado pelo sujeito passivo. Por unanimidade de votos, acolher a preliminar de exclusão dos solidários da lide, arguida de ofício pelo Relator. Quanto ao mérito, também por votação unânime, conhecer do recurso, negar-lhe provimento para confirmar a sentença singular que considerou procedente o auto de infração. Participaram do julgamento os Conselheiros João de Moraes Junior, Washington Luis Freire de Oliveira, Samuel Albernaz e Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho. Nada mais havendo, o Senhor Coordenador encerrou a presente sessão, convocando outra para o dia 22/10/2024 no horário regimental. Eu, Belciane Silva Carvalho, lavrei esta ata, que vai por mim subscrita e, após aprovada, será assinada pelos Conselheiros presentes. Goiânia, aos vinte e um dias do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro. A sessão pode ser assistida no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=4CwKQlFvV2c>



Documento assinado eletronicamente por **BELCIANE SILVA CARVALHO, Responsável pelas Informações**, em 22/10/2024, às 10:29, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **JOAO DE MORAES JUNIOR, Conselheiro (a) Suplente**, em 04/11/2024, às 11:11, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **WASHINGTON LUIS FREIRE DE OLIVEIRA, Conselheiro (a) Titular**, em 06/11/2024, às 08:44, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **FABIO EDUARDO BEZERRA LEMOS E CARVALHO, Auditor (a) Fiscal da Receita Estadual**, em 13/11/2024, às 08:42, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **66371238** e o código CRC **2613360E**.



Referência: Processo nº 202400004087931



SEI 66371238



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA
QUARTA CÂMARA JULGADORA DO CAT

ATA DA 911ª SESSÃO VIRTUAL CAMERAL

ATA DA 911ª SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA CÂMARA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS. Aos vinte e dois dias do mês Outubro de 2024 (21/10/2024), às nove horas e trinta minutos, por videoconferência, sob a coordenação do Conselheiro Claudio Henrique de Oliveira, reuniram-se seus membros, encontrando-se presentes os Conselheiros Washington Luis Freire de Oliveira, Samuel Albernaz, Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho e Paulo Henrique Caiado Canedo. Presente, também, o Representante Fazendário, Senhor Ivonaldo Francisco de Oliveira. E, ainda, o Representante do Sujeito Passivo: 1) JS DISTRIBUIDORA DE PECAS S/A, Dr. Rogério Barão e Sra. Rosalva de Miranda. Na forma regimental, o Senhor Coordenador declarou aberta a sessão, com a aprovação da ata da sessão anterior. Prosseguindo, foram submetidos a julgamento os processos constantes da pauta de hoje: Nº 4011602873280, contendo Recurso Voluntário nº 2435/24, em que é Recorrente **JS DISTRIBUIDORA DE PECAS S/A - SOLIDÁRIOS: ABNEL PEREIRA DO NASCIMENTO, ROSIVALDO NUNES DE ALMEIDA, JO O RODRIGUES DE BRITO** -, sendo Relator o Conselheiro Washington Luis Freire de Oliveira. Após falar o Relator, o Advogado, o Representante Fazendário pediu a alteração da fundamentação legal para manutenção dos solidários na lide e pediu a parcial procedência do lançamento, conforme revisão fiscal e, realizada a conferência dos autos, a Câmara decidiu, por unanimidade de votos, rejeitar as preliminares de nulidade da peça básica, arguidas pela autuada, sendo a primeira, por insegurança na determinação da infração e a segunda, por cerceamento do direito de defesa. Por unanimidade de votos, acolher a preliminar de exclusão dos solidários da lide, arguida pelo sujeito passivo. Participaram do julgamento os Conselheiros Washington Luis Freire de Oliveira, Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho, que votaram sob a fundamentação de inexistência do dolo e, Samuel Albernaz e Paulo Henrique Caiado Canedo que votaram sob o argumento de inconstitucionalidade previsto no art. 45, inciso XII, do CTE. Quanto ao mérito, também por votação unânime, conhecer do recurso, dar-lhe parcial provimento para reformar em parte a sentença singular e considerar parcialmente procedente o auto de infração no valor do ICMS de R\$ 31.522,79 (trinta e um mil, quinhentos e vinte e dois reais e setenta e nove centavos), conforme demonstrado às fls. 717. Participaram do julgamento os Conselheiros Washington Luis Freire de Oliveira, Samuel Albernaz, Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho e Paulo Henrique Caiado Canedo. Nº 4011602867476, contendo Recurso Ex-Officio e Voluntário nº 2436/24, em que são Recorrentes Fazenda Pública Estadual e **JS DISTRIBUIDORA DE PECAS S/A** -, sendo Relator o Conselheiro Washington Luis Freire de Oliveira. Após falar o Relator, o Advogado, o Representante Fazendário pediu a rejeição da preliminar e com relação ao mérito concordou com a aplicação da adequação da penalidade e, realizada a conferência dos autos, a Câmara decidiu, por unanimidade de votos, rejeitar as preliminares de nulidade da peça básica, arguidas pela autuada, sendo a primeira, por insegurança na determinação da infração e a segunda, por cerceamento do direito de defesa. Quanto ao mérito, também por

votação unânime, conhecer de ambos recursos, dar-lhes parcial provimento para reformar em parte a sentença singular e considerar parcialmente procedente o auto de infração, aplicando a forma privilegiada da penalidade, prevista no § 8º do art. 71 da Lei n.º 11.651/91 (CTE), reduzindo a multa formal no valor R\$ 10.610,46 (dez mil, seiscentos e dez reais e quarenta e seis centavos), conforme demonstrado às fls. 424. Participaram do julgamento os Conselheiros Washington Luis Freire de Oliveira, Samuel Albernaz, Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho e Paulo Henrique Caiado Canedo. Na oportunidade, foram aprovados os Acórdãos nº 1149 a 1160/2024. Nada mais havendo, o Senhor Coordenador encerrou a presente sessão, convocando outra para o dia 23/10/2024 no horário regimental. Eu, Belciane Silva Carvalho, lavrei esta ata, que vai por mim subscrita e, após aprovada, será assinada pelos Conselheiros presentes. Goiânia, aos vinte e dois dias do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro. A sessão pode ser assistida no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=2wGY7aVzvU4>



Documento assinado eletronicamente por **WASHINGTON LUIS FREIRE DE OLIVEIRA, Conselheiro (a) Titular**, em 06/11/2024, às 08:44, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **FABIO EDUARDO BEZERRA LEMOS E CARVALHO, Auditor (a) Fiscal da Receita Estadual**, em 13/11/2024, às 08:42, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **66432153** e o código CRC **D39D74E8**.

QUARTA CÂMARA JULGADORA DO CAT
AVENIDA VEREADOR JOSÉ MONTEIRO Nº2233, BLOCO B, 1º ANDAR - Bairro
SETOR NOVA VILA - GOIANIA - GO - CEP 7465 - (62)3269-2116.



Referência: Processo nº 202400004087931



SEI 66432153



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA
QUARTA CÂMARA JULGADORA DO CAT

ATA DA 912ª SESSÃO VIRTUAL CAMERAL

ATA DA 912ª SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA CÂMARA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS. Aos vinte e três dias do mês Outubro de 2024 (23/10/2024), às oito horas e trinta minutos, por videoconferência, sob a coordenação do Conselheiro Claudio Henrique de Oliveira, reuniram-se seus membros, encontrando-se presentes os Conselheiros Washington Luis Freire de Oliveira, Samuel Albernaz, Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho e Paulo Henrique Caiado Canedo. Presente, também, o Representante Fazendário, Senhor Guilherme Lopes de Moraes. E, ainda, o Representante dos Sujeitos Passivos: 1) AYRTON PEREIRA SANTOS SAMPAIO e DIOGO PEREIRA SANTOS SAMPAIO – SOLIDÁRIA: CRISTINA MARIA CABRAL PEREIRA SANTOS SAMPAIO, Dr. Rodrigo Viana Freire. Na forma regimental, o Senhor Coordenador declarou aberta a sessão, com a aprovação da ata da sessão anterior. Nos termos do § 4º, art. 57 da Lei nº. 16.469/09, o Sr. Coordenador transferiu a coordenação dos trabalhos ao Conselheiro Paulo Henrique Caiado Canedo que, dando continuidade, anuncia o Processo Nº 4011602215487, contendo Recurso Voluntário nº 2438/24, em que é Recorrente **AYRTON PEREIRA SANTOS SAMPAIO - SOLIDÁRIOS: CRISTINA MARIA CABRAL PEREIRA SANTOS SAMPAIO** - , sendo Relator o Conselheiro Cláudio Henrique de Oliveira. Após falar o Relator, o Advogado, o Representante Fazendário pediu a rejeição das preliminares e a procedência parcial nos termos da revisão fiscal e, realizada a conferência dos autos, a Câmara decidiu, por unanimidade de votos, rejeitar as preliminares de nulidade da peça básica, arguidas pela autuada, sendo a primeira, por insegurança na determinação da infração e a segunda, por cerceamento do direito de defesa. Quanto ao mérito, também por votação unânime, conhecer do recurso, dar-lhe parcial provimento para reformar em parte a sentença singular e considerar parcialmente procedente o auto de infração no valor do ITCD de R\$ 256.214,51 (duzentos e cinquenta e seis mil, duzentos e quatorze reais e cinquenta e um centavos). Participaram do julgamento os Conselheiros Cláudio Henrique de Oliveira, Washington Luis Freire de Oliveira, Samuel Albernaz e Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho. A seguir, retorna à coordenação dos trabalhos o Conselheiro Claudio Henrique de Oliveira que, anunciou o processo Nº 4011602241640, contendo Recurso Voluntário nº 2437/24, em que é Recorrente **DIOGO PEREIRA SANTOS SAMPAIO - SOLIDÁRIOS: CRISTINA MARIA CABRAL PEREIRA SANTOS SAMPAIO** - , sendo Relator o Conselheiro Paulo Henrique Caiado Canedo. Após falar o Relator, o Advogado, o Representante Fazendário pediu a rejeição das preliminares e a procedência parcial nos termos da revisão fiscal e, realizada a conferência dos autos, a Câmara decidiu, por unanimidade de votos, rejeitar as preliminares de nulidade da peça básica, arguidas pela autuada, sendo a primeira, por insegurança na determinação da infração e a segunda, por cerceamento do direito de defesa. Quanto ao mérito, também por votação unânime, conhecer do recurso, dar-lhe parcial provimento para reformar em parte a sentença singular e considerar parcialmente procedente o auto de infração no valor do ITCD de R\$ 256.214,51 (duzentos e cinquenta e seis mil, duzentos e quatorze reais e cinquenta e

um centavos). Participaram do julgamento os Conselheiros Paulo Henrique Caiado Canedo, Washington Luis Freire de Oliveira, Samuel Albernaz e Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho. Nada mais havendo, o Senhor Coordenador encerrou a presente sessão, convocando outra para o dia 29/10/2024 no horário regimental. Eu, Belciane Silva Carvalho, lavrei esta ata, que vai por mim subscrita e, após aprovada, será assinada pelos Conselheiros presentes. Goiânia, aos vinte e três dias do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro. A sessão pode ser assistida no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=1Sk5bzI8UHc>



Documento assinado eletronicamente por **BELCIANE SILVA CARVALHO, Responsável pelas Informações**, em 23/10/2024, às 10:21, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **WASHINGTON LUIS FREIRE DE OLIVEIRA, Conselheiro (a) Titular**, em 06/11/2024, às 08:45, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **FABIO EDUARDO BEZERRA LEMOS E CARVALHO, Auditor (a) Fiscal da Receita Estadual**, em 13/11/2024, às 08:42, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **66485604** e o código CRC **5715D403**.

QUARTA CÂMARA JULGADORA DO CAT
AVENIDA VEREADOR JOSÉ MONTEIRO Nº2233, BLOCO B, 1º ANDAR - Bairro
SETOR NOVA VILA - GOIANIA - GO - CEP 7465 - (62)3269-2116.



Referência: Processo nº 202400004087931



SEI 66485604



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA
QUARTA CÂMARA JULGADORA DO CAT

ATA DA 913ª SESSÃO VIRTUAL CAMERAL

ATA DA 913ª SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA CÂMARA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS. Aos vinte e nove dias do mês Outubro de 2024 (29/10/2024), às oito horas e trinta minutos, por videoconferência, sob a coordenação do Conselheiro Claudio Henrique de Oliveira, reuniram-se seus membros, encontrando-se presentes os Conselheiros Washington Luis Freire de Oliveira, Samuel Albernaz, Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho e Paulo Henrique Caiado Canedo. Convocado o Conselheiro João de Moraes Junior para julgamento de Processo. Presente, também, o Representante Fazendário, Senhor Evandro Luis Pauli. Na forma regimental, o Senhor Coordenador declarou aberta a sessão, com a aprovação da ata da sessão anterior. Prosseguindo, foram submetidos a julgamento os processos constantes da pauta de hoje: Nº 4012300670899, contendo Recurso Ex-Officio e Voluntário nº 2440/24, em que são Recorrentes Fazenda Pública Estadual e **VIBRA ENERGIA S.A** -, sendo Relator o Conselheiro Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho. Determino o adiamento do presente julgamento, tendo em vista a necessidade do mesmo ser julgado conjuntamente com os Processos nº 4012300664490 e 4012300672913, por se tratar de matéria semelhante, ficando o retorno a julgamento marcado para o dia 06/11/2024, nos termos do DESPACHO Nº 1417/2024 e com a concordância do Representante da Fazenda Pública. Nº 4011802917035, contendo Recurso Voluntário nº 2439/24, em que é Recorrente **ANGEL MODA INTIMA LTDA** -, sendo Relator o Conselheiro João de Moraes Junior (PHCC). Considerando o parcelamento total do crédito tributário relativo ao presente processo, determino a retirada de pauta do mesmo, devendo ser encaminhado à Secretaria de Recuperação de Crédito - SRC para aguardar o término do parcelamento, nos termos do artigo 11-B do Regimento Interno do CAT, conforme DESPACHO Nº 1418/2024. Na oportunidade, foram aprovadas as Resoluções abaixo relacionadas, propostas em sessões anteriores: **Resolução nº 189/2024**, proposta na sessão do dia 21/05/2024, do processo Nº 4011802683298, contendo recurso voluntário nº 0644/24, em que é Recorrente ELITE COMERCIO DE MALHAS E TECIDOS LTDA - SOLIDÁRIO: WALDEMAR LUIS ALVES NETO, sendo o proponente, o Conselheiro Washington Luis Freire de Oliveira, com a seguinte deliberação: “RESOLVE, por unanimidade de votos, encaminhar os autos à Gerência de Auditoria Contábil da Subsecretaria da Receita Estadual a fim de que seu ilustre titular determine que a autoridade fiscal designada adote as seguintes providências: 1. Verificar a coerência das informações prestadas pelos credores quanto à inexistência de valores a receber, considerando a comprovação de pagamentos realizados no exercício de 2016, referentes a títulos emitidos em 2015; 2. Verificar, com base no saldo final registrado nas contas do passivo no exercício anterior, a hipótese de passivo fictício mantido na contabilidade, cujo resgate do título tenha ocorrido em exercícios anteriores, devendo ser excluídos do presente lançamento por não se tratarem de pagamentos não contabilizados no exercício de 2015; 3. Apurar se o saldo ou parte dele corresponde à hipótese de passivo fictício (não comprovado), ou seja, uma obrigação inexistente,

devendo ser excluídos do presente lançamento, por não configurarem pagamentos não contabilizados no exercício de 2015; 4. Prestar quaisquer outras informações que considerar relevantes para a solução da lide. PARA PERFEITA EXECUÇÃO das diligências solicitadas, recomenda-se que a autoridade fiscal assista à sessão de julgamento que determinou o encaminhamento em diligência, disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=uZhXQcpV5Z0>, com destaque para o julgamento a partir dos 46 minutos (09h21). Após a conclusão da diligência, a Gerência de Preparo Processual (GEPRO) deverá intimar o sujeito passivo e o coobrigado sobre o resultado para se manifestar, no prazo de 30 (trinta) dias, caso queira, levando em consideração a renúncia do mandato do escritório de advocacia que os representava. Por fim, os Processos n.º 4011802683298 (cobrança de imposto) e o 4011802683700, relativo à multa formal, deverão retornar para julgamento em conjunto, em razão da conexão e interdependência entre ambos. Participaram da decisão os Conselheiros Washington Luis Freire de Oliveira, João de Moraes Junior, Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho e Cláudio Henrique de Oliveira. OBS: A Representação Fazendária se manifestou favorável à presente Resolução. A sessão pode ser assistida no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=uZhXQcpV5Z0>” . **Resolução nº 188/2024**, proposta na sessão do dia 21/05/2024, do processo Nº 4011802683700, contendo recurso voluntário nº 0645/24, em que é Recorrente ELITE COMERCIO DE MALHAS E TECIDOS LTDA, sendo o propositor, o Conselheiro Washington Luis Freire de Oliveira, com a seguinte deliberação: “RESOLVE, por unanimidade de votos, encaminhar os autos à Gerência de Auditoria Contábil da Subsecretaria da Receita Estadual a fim de que seu ilustre titular determine que a autoridade fiscal designada adote as seguintes providências: 1. Verificar a coerência das informações prestadas pelos credores quanto à inexistência de valores a receber, considerando a comprovação de pagamentos realizados no exercício de 2016, referentes a títulos emitidos em 2015; 2. Verificar, com base no saldo final registrado nas contas do passivo no exercício anterior, a hipótese de passivo fictício mantido na contabilidade, cujo resgate do título tenha ocorrido em exercícios anteriores, devendo ser excluídos do presente lançamento por não se tratarem de pagamentos não contabilizados no exercício de 2015; 3. Apurar se o saldo ou parte dele corresponde à hipótese de passivo fictício (não comprovado), ou seja, uma obrigação inexistente, devendo ser excluídos do presente lançamento, por não configurarem pagamentos não contabilizados no exercício de 2015; 4. Prestar quaisquer outras informações que considerar relevantes para a solução da lide. PARA PERFEITA EXECUÇÃO das diligências solicitadas, recomenda-se que a autoridade fiscal assista à sessão de julgamento que determinou o encaminhamento em diligência, disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=uZhXQcpV5Z0>, com destaque para o julgamento a partir dos 46 minutos (09h21). Após a conclusão da diligência, a Gerência de Preparo Processual (GEPRO) deverá intimar o sujeito passivo e o coobrigado sobre o resultado para se manifestar, no prazo de 30 (trinta) dias, caso queira, levando em consideração a renúncia do mandato do escritório de advocacia que os representava. Por fim, os Processos n.º 4011802683298 (cobrança de imposto) e o 4011802683700, relativo à multa formal, deverão retornar para julgamento em conjunto, em razão da conexão e interdependência entre ambos. Participaram da decisão os Conselheiros Cláudio Henrique de Oliveira, Washington Luis Freire de Oliveira, João de Moraes Junior e Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho. OBS: A Representação Fazendária se manifestou favorável à presente Resolução. A sessão pode ser assistida no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=uZhXQcpV5Z0>” . **Resolução nº 190/2024**, proposta na sessão do dia 27/05/2024, do processo Nº 4011800778330, contendo recurso voluntário nº 1223/24, em que é Recorrente SILVIA DE OLIVEIRA MAGALHÃES, sendo o propositor, o Conselheiro Washington Luis Freire de Oliveira, com a seguinte deliberação: “ RESOLVE, por unanimidade de votos, converter o julgamento em diligência, determinando o encaminhamento dos autos à Gerência de ITCD da

Subsecretaria da Receita Estadual para que a autoridade fiscal designada adote as seguintes medidas: 1. Proceder à análise do conteúdo da perícia judicial apresentada pela defesa no PAT nº 4011800778682; 2. Obter informações adicionais acerca dos reais proprietários do imóvel, considerando a sobreposição de matrículas em parte da área envolvida na ação de servidão administrativa; 3. Se entender necessário, intimar o sujeito passivo para apresentar o Laudo de Avaliação Judicial realizado por FURNAS em 2014, citado às fls. 32 do PAT nº 4011800778682; 4. Revisar o valor da base de cálculo constante dos Processos Administrativos Tributários conexos, que envolvem a exigência do ITCD; 5. Caso julgue necessário, a Gerência de ITCD poderá solicitar informações à Procuradoria-Geral do Estado (PGE) sobre o andamento do processo judicial; 6. Prestar quaisquer outras informações que considerar pertinentes para a solução da lide. 7. Caso a autoridade fiscal deseje, poderá assistir à sessão de julgamento que determinou a diligência por meio do link: <https://www.youtube.com/watch?v=-Bi6VWIZKVw>, com especial atenção para a manifestação do Representante Fazendário a partir dos 18 minutos (09h02). Destaca-se que a definição da propriedade de parte do imóvel e da servidão administrativa é questão crucial para a continuidade do julgamento dos processos. Após a conclusão da diligência, a Gerência de Preparo Processual (GEPRO) deverá intimar o sujeito passivo, por meio de seu advogado, sobre o resultado para se manifestar, no prazo de 30 (trinta) dias, caso queira. Por fim, os autos deverão retornar para julgamento conjunto dos processos nº 4011800778178, 4011800778330 e 4011800778682 em razão da evidente conexão entre eles, se possível também com o de nº 4011800781632, este último referente à exigência de multa formal. Participaram da decisão os Conselheiros Samuel Albernaz, Washington Luis Freire de Oliveira, Cláudio Henrique de Oliveira e Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho. OBS: A Representação Fazendária se manifestou favorável à presente Resolução. A sessão pode ser assistida no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=-Bi6VWIZKVw>".

Resolução nº 191/2024, proposta na sessão do dia 27/05/2024, do processo Nº 4011800778178, contendo recurso voluntário nº 1224/24, em que é Recorrente JAIR DE OLIVEIRA BRASIL, sendo o proponente, o Conselheiro Washington Luis Freire de Oliveira, com a seguinte deliberação: "RESOLVE, por unanimidade de votos, converter o julgamento em diligência, determinando o encaminhamento dos autos à Gerência de ITCD da Subsecretaria da Receita Estadual para que a autoridade fiscal designada adote as seguintes medidas: 1. Proceder à análise do conteúdo da perícia judicial apresentada pela defesa no PAT nº 4011800778682; 2. Obter informações adicionais acerca dos reais proprietários do imóvel, considerando a sobreposição de matrículas em parte da área envolvida na ação de servidão administrativa; 3. Se entender necessário, intimar o sujeito passivo para apresentar o Laudo de Avaliação Judicial realizado por FURNAS em 2014, citado às fls. 32 do PAT nº 4011800778682; 4. Revisar o valor da base de cálculo constante dos Processos Administrativos Tributários conexos, que envolvem a exigência do ITCD; 5. Caso julgue necessário, a Gerência de ITCD poderá solicitar informações à Procuradoria-Geral do Estado (PGE) sobre o andamento do processo judicial; 6. Prestar quaisquer outras informações que considerar pertinentes para a solução da lide. 7. Caso a autoridade fiscal deseje, poderá assistir à sessão de julgamento que determinou a diligência por meio do link: <https://www.youtube.com/watch?v=-Bi6VWIZKVw>, com especial atenção para a manifestação do Representante Fazendário a partir dos 18 minutos (09h02). Destaca-se que a definição da propriedade de parte do imóvel e da servidão administrativa é questão crucial para a continuidade do julgamento dos processos. Após a conclusão da diligência, a Gerência de Preparo Processual (GEPRO) deverá intimar o sujeito passivo, por meio de seu advogado, sobre o resultado para se manifestar, no prazo de 30 (trinta) dias, caso queira. Por fim, os autos deverão retornar para julgamento conjunto dos processos nº 4011800778178, 4011800778330 e 4011800778682 em razão da evidente conexão entre eles, se possível também com o de nº

4011800781632, este último referente à exigência de multa formal. Participaram da decisão os Conselheiros João de Moraes Junior, Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho, Samuel Albernaz e Washington Luis Freire de Oliveira. OBS: A Representação Fazendária se manifestou favorável à presente Resolução. A sessão pode ser assistida no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=-Bi6VWIZKVw>".

Resolução nº 192/2024, proposta na sessão do dia 27/05/2024, do processo Nº 4011800778682, contendo recurso voluntário nº 1222/24, em que é Recorrente CELINA DE OLIVEIRA MARTIN, sendo o proponente, o Conselheiro Washington Luis Freire de Oliveira, com a seguinte deliberação: "RESOLVE, por unanimidade de votos, converter o julgamento em diligência, determinando o encaminhamento dos autos à Gerência de ITCD da Subsecretaria da Receita Estadual para que a autoridade fiscal designada adote as seguintes medidas: 1. Proceder à análise do conteúdo da perícia judicial apresentada pela defesa no PAT nº 4011800778682; 2. Obter informações adicionais acerca dos reais proprietários do imóvel, considerando a sobreposição de matrículas em parte da área envolvida na ação de servidão administrativa; 3. Se entender necessário, intimar o sujeito passivo para apresentar o Laudo de Avaliação Judicial realizado por FURNAS em 2014, citado às fls. 32 do PAT nº 4011800778682; 4. Revisar o valor da base de cálculo constante dos Processos Administrativos Tributários conexos, que envolvem a exigência do ITCD; 5. Caso julgue necessário, a Gerência de ITCD poderá solicitar informações à Procuradoria-Geral do Estado (PGE) sobre o andamento do processo judicial; 6. Prestar quaisquer outras informações que considerar pertinentes para a solução da lide. 7. Caso a autoridade fiscal deseje, poderá assistir à sessão de julgamento que determinou a diligência por meio do link: <https://www.youtube.com/watch?v=-Bi6VWIZKVw>, com especial atenção para a manifestação do Representante Fazendário a partir dos 18 minutos (09h02). Destaca-se que a definição da propriedade de parte do imóvel e da servidão administrativa é questão crucial para a continuidade do julgamento dos processos. Após a conclusão da diligência, a Gerência de Preparo Processual (GEPRO) deverá intimar o sujeito passivo, por meio de seu advogado, sobre o resultado para se manifestar, no prazo de 30 (trinta) dias, caso queira. Por fim, os autos deverão retornar para julgamento conjunto dos processos nº 4011800778178, 4011800778330 e 4011800778682 em razão da evidente conexão entre eles, se possível também com o de nº 4011800781632, este último referente à exigência de multa formal. Participaram da decisão os Conselheiros Washington Luis Freire de Oliveira, Cláudio Henrique de Oliveira, Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho e Samuel Albernaz. OBS: A Representação Fazendária se manifestou favorável à presente Resolução. A sessão pode ser assistida no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=-Bi6VWIZKVw>".

Resolução nº 193/2024, proposta na sessão do dia 12/07/2024, do processo Nº 4012100275880, contendo recurso voluntário nº 1387/24, em que é Recorrente BLOBAL PARTS LTDA, sendo o proponente, o Conselheiro Washington Luis Freire de Oliveira, com a seguinte deliberação: "RESOLVE, por unanimidade de votos, encaminhar os autos à Gerência de Auditoria Varejo e Serviços da Subsecretaria da Receita Estadual, determinando que a autoridade fiscal designada adote as seguintes providências: 1. Analisar as alegações contidas na última peça defensiva, com especial atenção ao levantamento recentemente apresentado, procedendo às averiguações e alterações necessárias; 2. contrapor, se for o caso, as alegações da defesa com pareceres técnicos da SEFAZ nos pontos em que se entenda pelo não acolhimento dos argumentos defensórios; 3. Havendo dúvidas, intimar o advogado do sujeito passivo, conforme anuído na sessão de julgamento, para que forneça os demonstrativos ou esclarecimentos adicionais necessários à plena realização da revisão fiscal; 4. Fornecer quaisquer outras informações consideradas pertinentes à adequada solução da lide. PARA PERFEITA EXECUÇÃO da diligência solicitada, recomenda-se que a autoridade fiscal assista à sessão de julgamento que determinou o encaminhamento em resolução, disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?>

v=1q73EzSo-1l, julgamento da IV CJUL do dia 21/07/2024. Após a conclusão da diligência, a Gerência de Preparo Processual (GEPRO) deverá intimar o sujeito passivo acerca do resultado, concedendo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para manifestação, caso queira. Participaram da decisão os Conselheiros Washington Luis Freire de Oliveira, Cláudio Henrique de Oliveira, Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho e Samuel Albernaz. OBS: O Advogado e a Representação Fazendária se manifestaram favoráveis à presente Resolução. A sessão pode ser assistida no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=1q73EzSo-1l>". **Resolução nº 194/2024**, proposta na sessão do dia 23/07/2024, do processo Nº 4012000307993, contendo recurso voluntário nº 145324, em que é Recorrente : SUPERMERCADO J P R & OLIVEIRA LTDA - SOLIDÁRIO: JOSE SANDOVAL NETO, sendo o proponente, o Conselheiro Washington Luis Freire de Oliveira, com a seguinte deliberação: "RESOLVE, por unanimidade de votos, determinar o encaminhamento dos autos à Gerência de Preparo Processual (GEPRO) para que seja realizada a intimação do polo passivo, por meio da advogada constituída nos autos, com o objetivo de cientificá-la do pedido da Fazenda Pública para inclusão dos artigos 124 e 135, III, do CTN na capitulação legal do coobrigado, concedendo-lhe o prazo de 30 (trinta), art. 34, parágrafo único, da Lei 16.469/09, dias para eventual manifestação. Após esse prazo, determina-se o retorno dos autos para julgamento. Participaram da decisão os Conselheiros Washington Luis Freire de Oliveira, Cláudio Henrique de Oliveira, Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho e João de Moraes Junior. OBS: A Representação Fazendária se manifestou favorável à presente Resolução. A sessão pode ser assistida no seguinte link: https://www.youtube.com/watch?v=9g0w6Fz8_0Q". Nada mais havendo, o Senhor Coordenador encerrou a presente sessão, convocando outra para o dia 30/10/2024 no horário regimental. Eu, Belciane Silva Carvalho, lavrei esta ata, que vai por mim subscrita e, após aprovada, será assinada pelos Conselheiros presentes. Goiânia, aos vinte e nove dias do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro. A sessão pode ser assistida no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=XIEpPdB7Ks>



Documento assinado eletronicamente por **BELCIANE SILVA CARVALHO**, **Responsável pelas Informações**, em 30/10/2024, às 08:45, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **JOAO DE MORAES JUNIOR**, **Conselheiro (a) Suplente**, em 04/11/2024, às 11:12, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **WASHINGTON LUIS FREIRE DE OLIVEIRA**, **Conselheiro (a) Titular**, em 06/11/2024, às 08:45, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **FABIO EDUARDO BEZERRA LEMOS E CARVALHO**, **Auditor (a) Fiscal da Receita Estadual**, em 13/11/2024, às 08:42, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1)
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código
verificador **66729982** e o código CRC **D165C9E8**.

QUARTA CÂMARA JULGADORA DO CAT
AVENIDA VEREADOR JOSÉ MONTEIRO Nº2233, BLOCO B, 1º ANDAR - Bairro
SETOR NOVA VILA - GOIANIA - GO - CEP 7465 - (62)3269-2116.



Referência: Processo nº 202400004087931



SEI 66729982



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA
QUARTA CÂMARA JULGADORA DO CAT

ATA DA 914ª SESSÃO VIRTUAL CAMERAL

ATA DA 914ª SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA CÂMARA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS. Aos trinta dias do mês Outubro de 2024 (30/10/2024), às oito horas e trinta minutos, por videoconferência, sob a coordenação do Conselheiro Claudio Henrique de Oliveira, reuniram-se seus membros, encontrando-se presentes os Conselheiros Washington Luis Freire de Oliveira, Samuel Albernaz, Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho e Paulo Henrique Caiado Canedo. Convocado o Conselheiro João de Moraes Junior para julgamento de Processo. Presente, também, o Representante Fazendário, Senhor Renato Moraes Lima. Na forma regimental, o Senhor Coordenador declarou aberta a sessão, com a aprovação da ata da sessão anterior. Prosseguindo, nos termos do § 4º, art. 57 da Lei nº. 16.469/09, o Sr. Coordenador transferiu a coordenação dos trabalhos ao Conselheiro Paulo Henrique Caiado Canedo que, dando continuidade, anunciou o Processo Nº 4011801025521, contendo Recurso Voluntário nº 2441/24, em que é Recorrente **COMERCIAL ELETRICA D W S/A - SOLIDÁRIOS: FERNANDA WAMSER, EDSON LUIZ WAMSER** - , sendo Relator o Conselheiro João de Moraes Junior (CHO). Após falar o Relator, o Representante Fazendário pediu a rejeição das preliminares, a manutenção do solidário na lide alterando a fundamentação legal e a procedência do lançamento fiscal e, realizada a conferência dos autos, a Câmara decidiu, por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar de erro na identificação do sujeito passivo, arguida por ele mesmo. Quanto ao mérito, também por votação unânime, conhecer do recurso, negar-lhe provimento para confirmar a sentença singular que considerou procedente o auto de infração. Participaram do julgamento os Conselheiros João de Moraes Junior, Washington Luis Freire de Oliveira, Samuel Albernaz e Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho. E, por fim, por maioria de votos, acolher a preliminar de exclusão dos solidários da lide, arguida pelo sujeito passivo. Participaram os Conselheiros João de Moraes Junior e Samuel Albernaz, votaram sob o argumento de inconstitucionalidade previsto no art. 45, inciso XII, do CTE, o Conselheiro Washington Luis Freire de Oliveira que votou sob a fundamentação de inexistência do dolo. Vencido o Conselheiro Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho que votou pela manutenção dos solidários na lide sob o fundamento do caput do art. 45 do CTE e nos arts. 124, inciso I, e 135, inciso III, do CTN. A seguir, retorna à coordenação dos trabalhos o Conselheiro Claudio Henrique de Oliveira que, anunciou o processo Nº 10, contendo Recurso Voluntário nº 2442/24, em que é Recorrente **RICARDO LOPES DA CUNHA - SOLIDÁRIOS: REAL BRASIL METAIS LTDA** - , sendo Relator o Conselheiro Washington Luis Freire de Oliveira. Após falar o Relator, o Representante Fazendário pediu a rejeição das preliminares, da exclusão do solidário e a confirmação da sentença singular que foi pela procedência do lançamento fiscal e, realizada a conferência dos autos, a Câmara decidiu, por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar de nulidade da sentença, arguida pela autuada, por cerceamento do direito de defesa. Por unanimidade de votos, rejeitar as preliminares de nulidade da peça básica, arguidas pelo sujeito passivo solidário, sendo a primeira, por insegurança na

determinação da infração e a segunda, por cerceamento do direito de defesa. Por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar de exclusão do solidário da lide, arguida por ele mesmo. Quanto ao mérito, também por votação unânime, conhecer do recurso, negar-lhe provimento para confirmar a sentença singular que considerou procedente o auto de infração. Participaram do julgamento os Conselheiros Washington Luis Freire de Oliveira, Samuel Albernaz, Fábio Eduardo Bezerra Lemos e Carvalho e Paulo Henrique Caiado Canedo. Nada mais havendo, o Senhor Coordenador encerrou a presente sessão, convocando outra para o dia 04/11/2024 no horário regimental. Eu, Belciane Silva Carvalho, lavrei esta ata, que vai por mim subscrita e, após aprovada, será assinada pelos Conselheiros presentes. Goiânia, aos trinta dias do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro. A sessão pode ser assistida no seguinte link: https://www.youtube.com/watch?v=4TMMRDO8w_c



Documento assinado eletronicamente por **BELCIANE SILVA CARVALHO, Responsável pelas Informações**, em 08/11/2024, às 09:17, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **FABIO EDUARDO BEZERRA LEMOS E CARVALHO, Auditor (a) Fiscal da Receita Estadual**, em 13/11/2024, às 08:42, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **66819406** e o código CRC **9E9F6C75**.

QUARTA CÂMARA JULGADORA DO CAT
AVENIDA VEREADOR JOSÉ MONTEIRO Nº2233, BLOCO B, 1º ANDAR - Bairro
SETOR NOVA VILA - GOIANIA - GO - CEP 7465 - (62)3269-2116.



Referência: Processo nº 202400004087931



SEI 66819406